

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	91
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	490.797
Preferenciais	0
Total	490.797
Em Tesouraria	
Ordinárias	160
Preferenciais	0
Total	160

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	16.168.000	18.353.000
1.01	Ativo Circulante	4.658.000	5.489.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	766.000	1.751.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.000	24.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.000	24.000
1.01.03	Contas a Receber	190.000	268.000
1.01.03.01	Clientes	146.000	199.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.000	69.000
1.01.04	Estoques	1.971.000	1.963.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	819.000	687.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	888.000	796.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	337.000	370.000
1.01.08.03	Outros	551.000	426.000
1.01.08.03.03	Créditos com Outras Partes Relacionadas - CP	54.000	54.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	481.000	362.000
1.01.08.03.06	Créditos com Controladas	16.000	10.000
1.02	Ativo Não Circulante	11.510.000	12.864.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.298.000	4.783.000
1.02.01.04	Contas a Receber	752.000	838.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	752.000	838.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.674.000	1.671.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.000	5.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.871.000	2.269.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.499.000	1.877.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	237.000	220.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	36.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	135.000	136.000
1.02.02	Investimentos	400.000	391.000
1.02.02.01	Participações Societárias	400.000	391.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	400.000	391.000
1.02.03	Imobilizado	5.941.000	6.134.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.898.000	3.026.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.043.000	3.108.000
1.02.04	Intangível	871.000	1.556.000
1.02.04.01	Intangíveis	871.000	1.556.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	871.000	1.277.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	0	279.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	16.168.000	18.353.000
2.01	Passivo Circulante	8.628.000	6.829.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	315.000	318.000
2.01.02	Fornecedores	2.364.000	3.315.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.364.000	3.315.000
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.344.000	2.933.000
2.01.02.01.02	Fornecedores convênio	20.000	382.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	459.000	368.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.173.000	1.700.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.270.000	1.057.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.000	19.000
2.01.05.02	Outros	1.250.000	1.038.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	73.000	80.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	22.000	25.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	665.000	474.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	490.000	459.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	47.000	71.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	47.000	71.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.878.000	9.418.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.402.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.847.000	4.921.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	245.000	206.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	245.000	206.000
2.02.02.02	Outros	4.602.000	4.715.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	734.000	623.000
2.02.02.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	73.000	76.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	91.000	106.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.704.000	3.910.000
2.02.04	Provisões	1.998.000	2.057.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	33.000	38.000
2.03	Patrimônio Líquido	662.000	2.106.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.511.000	2.511.000
2.03.02	Reservas de Capital	-68.000	-60.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	35.000	43.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	-103.000	-103.000
2.03.04	Reservas de Lucros	189.000	189.000
2.03.04.01	Reserva Legal	190.000	190.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-1.000	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.970.000	-533.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.337.000	4.736.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.031.000	-3.444.000
3.03	Resultado Bruto	1.306.000	1.292.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.671.000	-1.243.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-772.000	-762.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-127.000	-171.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-797.000	-338.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-251.000	-254.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-546.000	-84.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.000	28.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-365.000	49.000
3.06	Resultado Financeiro	-395.000	-334.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-760.000	-285.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-586.000	192.000
3.08.01	Corrente	-589.000	-3.000
3.08.02	Diferido	3.000	195.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.346.000	-93.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-91.000	-76.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-91.000	-76.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.437.000	-169.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,9279	-0,34483
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,9279	-0,34483

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.437.000	-169.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.000	1.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	1.000	1.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.436.000	-168.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-641.000	-492.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-70.000	346.000
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-1.437.000	-169.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 19.5)	-3.000	-195.000
6.01.01.03	Perda (ganho) na alienação do imobilizado	687.000	15.000
6.01.01.04	Depreciação / amortização	278.000	281.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	341.000	328.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13.1)	-25.000	-28.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	251.000	141.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	27.000	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	-8.000	5.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	0	2.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 10.1)	-19.000	-18.000
6.01.01.15	Receita a apropriar	-6.000	-8.000
6.01.01.16	Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento (Nota 21.2)	-156.000	-8.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-571.000	-838.000
6.01.02.01	Contas a receber	54.000	101.000
6.01.02.02	Estoques	13.000	-83.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	246.000	82.000
6.01.02.04	Outros ativos	-6.000	-116.000
6.01.02.05	Partes relacionadas	41.000	-41.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-16.000	72.000
6.01.02.07	Fornecedores	-588.000	-412.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-3.000	-8.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	185.000	-58.000
6.01.02.10	Demandas judiciais	-292.000	-281.000
6.01.02.11	Receita Diferida	-10.000	6.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	120.000	70.000
6.01.02.15	Dividendos recebidos e JSCP	48.000	17.000
6.01.02.16	Fornecedores - Convênio	-363.000	-187.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70.000	-187.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.2)	-68.000	-157.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15)	-13.000	-30.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	12.000	0
6.02.11	Aplicação financeira	-1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-274.000	170.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 16.2)	0	469.000
6.03.04	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos (Nota 16.2)	-48.000	-53.000
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento e juros (Nota 21.2)	-220.000	-223.000
6.03.11	Outros (Nota 21.2)	-6.000	-23.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-985.000	-509.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.751.000	2.106.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	766.000	1.597.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-8.000	0	0	0	-8.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-8.000	0	0	0	-8.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.437.000	1.000	-1.436.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.437.000	0	-1.437.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-68.000	189.000	-1.970.000	0	662.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.000	1.000	0	0	6.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.000	0	0	0	5.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-169.000	1.000	-168.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-169.000	0	-169.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-58.000	480.000	-169.000	0	2.764.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	5.085.000	5.102.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.789.000	5.058.000
7.01.02	Outras Receitas	296.000	46.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-2.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.319.000	-3.871.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.943.000	-3.332.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.349.000	-539.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-27.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	766.000	1.231.000
7.04	Retenções	-278.000	-280.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278.000	-280.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	488.000	951.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-29.000	-2.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.000	28.000
7.06.02	Receitas Financeiras	37.000	46.000
7.06.03	Outros	-91.000	-76.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	459.000	949.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	459.000	949.000
7.08.01	Pessoal	586.000	678.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	354.000	390.000
7.08.01.02	Benefícios	92.000	69.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.000	36.000
7.08.01.04	Outros	107.000	183.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	868.000	58.000
7.08.02.01	Federais	571.000	-201.000
7.08.02.02	Estaduais	267.000	175.000
7.08.02.03	Municipais	30.000	84.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	442.000	382.000
7.08.03.01	Juros	434.000	379.000
7.08.03.02	Aluguéis	8.000	3.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.437.000	-169.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.437.000	-169.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	16.162.000	18.426.000
1.01	Ativo Circulante	4.931.000	5.860.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	943.000	1.990.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.000	24.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.000	24.000
1.01.03	Contas a Receber	278.000	355.000
1.01.03.01	Clientes	231.000	285.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	47.000	70.000
1.01.04	Estoques	1.971.000	1.963.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	839.000	736.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	876.000	792.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	338.000	373.000
1.01.08.03	Outros	538.000	419.000
1.01.08.03.03	Créditos com Partes Relacionadas - CP	54.000	54.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	484.000	365.000
1.02	Ativo Não Circulante	11.231.000	12.566.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.350.000	4.807.000
1.02.01.04	Contas a Receber	752.000	838.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	752.000	838.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.692.000	1.691.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.000	5.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.905.000	2.273.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.530.000	1.878.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	240.000	223.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	36.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	135.000	136.000
1.02.03	Imobilizado	5.942.000	6.136.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.898.000	3.027.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.044.000	3.109.000
1.02.04	Intangível	939.000	1.623.000
1.02.04.01	Intangíveis	939.000	1.623.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	939.000	1.344.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	0	279.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	16.162.000	18.426.000
2.01	Passivo Circulante	8.841.000	7.084.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	323.000	335.000
2.01.02	Fornecedores	2.439.000	3.396.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.439.000	3.396.000
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.419.000	3.014.000
2.01.02.01.02	Fornecedores convênio	20.000	382.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	466.000	378.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.173.000	1.700.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.391.000	1.197.000
2.01.05.02	Outros	1.391.000	1.197.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	73.000	80.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	143.000	161.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	685.000	497.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	490.000	459.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	49.000	78.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	49.000	78.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.639.000	9.218.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.402.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.602.000	4.716.000
2.02.02.02	Outros	4.602.000	4.716.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	734.000	623.000
2.02.02.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	73.000	76.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	90.000	106.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.705.000	3.911.000
2.02.04	Provisões	2.004.000	2.062.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.004.000	2.062.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	33.000	38.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	682.000	2.124.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.511.000	2.511.000
2.03.02	Reservas de Capital	-68.000	-60.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	35.000	43.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	-103.000	-103.000
2.03.04	Reservas de Lucros	189.000	189.000
2.03.04.01	Reserva Legal	190.000	190.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-1.000	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.970.000	-533.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	20.000	18.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.374.000	4.767.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.043.000	-3.452.000
3.03	Resultado Bruto	1.331.000	1.315.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.703.000	-1.276.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-774.000	-765.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-143.000	-185.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-802.000	-343.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-256.000	-258.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-546.000	-85.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.000	17.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-372.000	39.000
3.06	Resultado Financeiro	-381.000	-318.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-753.000	-279.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-592.000	187.000
3.08.01	Corrente	-593.000	-7.000
3.08.02	Diferido	1.000	194.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.345.000	-92.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-90.000	-76.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-90.000	-76.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.435.000	-168.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.437.000	-169.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.000	1.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,9279	-0,34483
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,9279	-0,34483

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.435.000	-168.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.000	1.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	1.000	1.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.434.000	-167.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.436.000	-168.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.000	1.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-704.000	-448.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-63.000	363.000
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-1.435.000	-168.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 19.5)	-1.000	-194.000
6.01.01.03	Perda (ganho) na alienação do imobilizado	682.000	16.000
6.01.01.04	Depreciação / amortização	283.000	285.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	336.000	328.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13.1)	-16.000	-17.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	250.000	141.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	27.000	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	-8.000	5.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	0	2.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 10.1)	-19.000	-18.000
6.01.01.15	Receita a apropriar	-6.000	-8.000
6.01.01.16	Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento (Nota 21.2)	-156.000	-9.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-641.000	-811.000
6.01.02.01	Contas a receber	54.000	99.000
6.01.02.02	Estoques	13.000	-83.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	245.000	82.000
6.01.02.04	Outros ativos	-6.000	-107.000
6.01.02.05	Partes relacionadas	10.000	-7.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-16.000	72.000
6.01.02.07	Fornecedores	-594.000	-409.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-12.000	-19.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	186.000	-67.000
6.01.02.10	Demandas judiciais	-292.000	-281.000
6.01.02.11	Receita Diferida	-29.000	15.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	118.000	65.000
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	-3.000	-1.000
6.01.02.15	Dividendos recebidos e JSCP	48.000	17.000
6.01.02.16	Fornecedores - Convênio	-363.000	-187.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.000	-191.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.2)	-68.000	-157.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15)	-19.000	-34.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	19.000	0
6.02.11	Aplicação financeira	-1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-274.000	169.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 16.2)	0	469.000
6.03.04	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos (Nota 16.2)	-48.000	-53.000
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento e juros (Nota 21.2)	-220.000	-224.000
6.03.11	Outros (Nota 21.2)	-6.000	-23.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.047.000	-470.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.990.000	2.631.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	943.000	2.161.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000	18.000	2.124.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000	18.000	2.124.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-8.000	0	0	0	-8.000	0	-8.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-8.000	0	0	0	-8.000	0	-8.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.437.000	1.000	-1.436.000	2.000	-1.434.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.437.000	0	-1.437.000	2.000	-1.435.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-68.000	189.000	-1.970.000	0	662.000	20.000	682.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000	9.000	2.935.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000	9.000	2.935.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.000	1.000	0	0	6.000	0	6.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.000	0	0	0	5.000	0	5.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	0	0	1.000	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-169.000	1.000	-168.000	1.000	-167.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-169.000	0	-169.000	1.000	-168.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-58.000	480.000	-169.000	0	2.764.000	10.000	2.774.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	5.127.000	5.136.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.829.000	5.092.000
7.01.02	Outras Receitas	298.000	46.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-2.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.342.000	-3.888.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.954.000	-3.341.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.361.000	-547.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-27.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	785.000	1.248.000
7.04	Retenções	-283.000	-285.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-283.000	-285.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	502.000	963.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-29.000	3.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.000	17.000
7.06.02	Receitas Financeiras	45.000	62.000
7.06.03	Outros	-90.000	-76.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	473.000	966.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	473.000	966.000
7.08.01	Pessoal	599.000	686.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	363.000	395.000
7.08.01.02	Benefícios	93.000	70.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.000	36.000
7.08.01.04	Outros	109.000	185.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	874.000	65.000
7.08.02.01	Federais	579.000	-193.000
7.08.02.02	Estaduais	265.000	174.000
7.08.02.03	Municipais	30.000	84.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	435.000	383.000
7.08.03.01	Juros	427.000	380.000
7.08.03.02	Aluguéis	8.000	3.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.435.000	-168.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.437.000	-169.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.000	1.000

Comentário do Desempenho



RELEASE DE
RESULTADOS
1T26

14 de maio de 2026



Teleconferência sobre
os Resultados do 1T26

Sexta-feira

15 de maio de 2026

9h00 (horário de Brasília)

8h00 (NY)

13h00 (Londres)

Português/Inglês

(idioma original/tradução simultânea)

Videoconferência: www.gpari.com.br

Replay: www.gpari.com.br

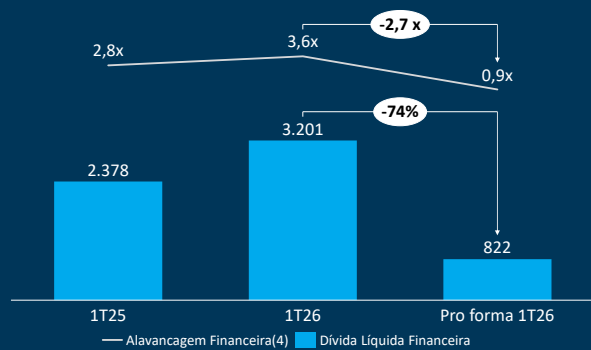
Comentário do Desempenho

São Paulo, 14 de maio de 2026. O GPA (B3: PCAR3) anuncia o resultado do 1º trimestre de 2026. Os comentários a seguir referem-se ao resultado das operações em continuidade, com a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), e incluem comparações relativas ao mesmo período de 2025, exceto onde indicado de outra forma.

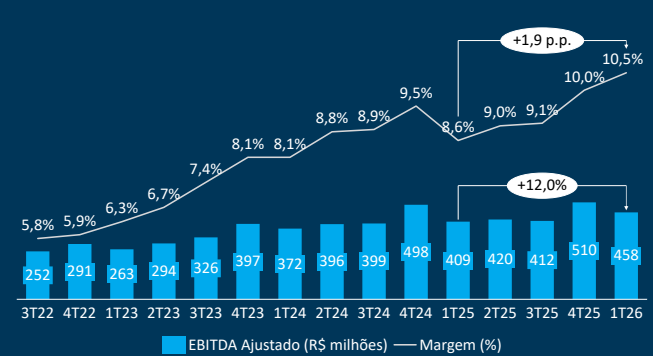
Avanço de rentabilidade e redução do endividamento⁽¹⁾ pós conclusão das negociações da recuperação extrajudicial⁽²⁾

- 0,6% de crescimento mesmas lojas⁽³⁾, demonstrando resiliência em um cenário de consumo mais desafiador
- Margem EBITDA Ajustado avançou 1,9 p.p., refletindo ganhos de rentabilidade e captura de eficiências
- Crescimento de 65,2% da geração de caixa livre operacional (LTM), totalizando R\$ 522 milhões
- Dívida Líquida pro forma⁽¹⁾ apresenta potencial redução de R\$ 2,4 bilhões, representando queda de 74%
- Alavancagem⁽⁴⁾ pro forma⁽¹⁾ tem potencial de atingir 0,9x, com redução de 2,7x

Dívida Líquida⁽¹⁾ e Alavancagem⁽⁴⁾ pro forma



EBITDA Ajustado



Vendas

Avanço nas vendas mesmas lojas, com destaque para as categorias de perecíveis

- Todas as bandeiras apresentaram crescimento nas vendas mesmas lojas⁽³⁾, impulsionado pelas categorias de perecíveis, com destaque para a bandeira Extra Mercado, com avanço de 1,2%
- Em vendas totais, houve retração de 5,2% em função principalmente da descontinuação do formato Aliados (-5,0%) e do efeito de portfólio de lojas
- Estabilidade de market share em nível nacional no conceito mesmas lojas⁽⁵⁾



Margem Bruta

Avanço de rentabilidade, associado à estratégia de priorização de canais mais rentáveis

- Margem bruta atinge 30,4% e avança 2,9 p.p.
- Crescimento impulsionado pela descontinuação de formatos e canais de menor rentabilidade, priorizando expansão de margem



Plano de Eficiência

Disciplina financeira e avanço na captura de eficiências operacionais

- Capex do 1T26 totalizou R\$ 87 milhões (-55%), redução que nos posiciona no patamar de R\$ 300 a R\$ 350 milhões
- No 1T26, a Companhia capturou R\$ 99 milhões em eficiências, equivalente a 23,9% da meta anual de R\$ 415 milhões



Geração de Caixa

Crescimento da geração de caixa livre operacional

- Fluxo de Caixa Livre Operacional atinge R\$ 522 milhões, com crescimento de 65,2%
- Redução de 7 dias no capital de giro de fornecedores, impactada pontualmente por uma maior alocação de caixa destinada a mitigar qualquer impacto do plano de recuperação extrajudicial na visão LTM. Adicionalmente, a visão trimestral é impactada pela sazonalidade do 4T25



Resultado Líquido

Prejuízo Líquido Continuação Ajustado atinge R\$ (333) milhões

- Prejuízo Líquido Continuação totalizou R\$ (1.347) milhões, impactado negativamente por efeitos não recorrentes e não caixa no valor de R\$ (1.014) milhões
- Dentre esses efeitos, os principais impactos foram (i) R\$ (588) milhões associado a baixa de crédito; (ii) R\$ (435) milhões relacionados a baixa de ativos e *impairment*; e (iii) R\$ 9 milhões relacionado demais efeitos que se compensam.

(1) Análise pro forma, considerando os termos apresentados no Plano de Recuperação Extrajudicial em 05/05/2026, que também considerada a amortização de parte da dívida com valor da venda da FIC de R\$ 289 milhões - o plano encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia; (2) sujeito à homologação do plano de recuperação extrajudicial; (3) ajuste -0,1 p.p. na venda mesmas lojas em relação ao efeito calendário; (4) dívida líquida incluindo carteira de recebíveis de cartão de crédito não antecipados dividido pelo EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS16 (últimos 12 meses); (5) Dados da Nielsen, mercado de Autosserviço

Comentário do Desempenho

Recuperação Extrajudicial

Conforme divulgado via fato relevante em 05 de maio de 2026, e em complemento ao fato relevante divulgado em 10 de março de 2026 e ao comunicado ao mercado divulgado em 11 de março de 2026, a Companhia celebrou nova versão do seu plano de recuperação extrajudicial com credores representando 57,49% do total de R\$ 4,6 bilhões de créditos sujeitos. O plano contou com a aprovação unânime do Conselho de Administração e foi protocolado perante o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo para homologação.

Apesar do processo de Recuperação Extrajudicial ter impactado parcialmente o primeiro trimestre, a Companhia apresentou crescimento de vendas mesmas lojas, com estabilidade de market share em mesmas lojas no Estado de São Paulo⁽¹⁾ e desempenho positivo na Páscoa, período em que as categorias sazonais apresentaram crescimento superior ao consolidado da Companhia no trimestre. Contudo, o contexto demandou, pontualmente, uma maior alocação de caixa para fornecedores, o que impactou o capital de giro de fornecedores em 7 dias.

O plano celebrado permitirá uma solução estruturada para os desafios financeiros da Companhia, endereçando simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo. Em linhas gerais, com a homologação judicial, espera-se que as dívidas pecuniárias da Companhia tenham (i) o prazo médio alongado de 2,1 para 6,4 anos; (ii) o custo médio reduzido de CDI + 1,8% a.a. para CDI + 0,5% a.a.; e (iii) o valor reduzido em mais de 50% ao longo do tempo.

Entre outras medidas, o plano prevê que os créditos sujeitos poderão ser realocados em duas novas emissões de Debêntures, descritas em mais detalhes abaixo:

(i) Emissão A em duas séries

1ª série pecuniária

Valor da 1ª série: **Máximo de R\$ 1,5 bilhão**

Custo da Emissão: **CDI + 2,5%**

Pagamento: **2 anos de carência de principal e 4 anos para repagamento**

Vencimento: (i) **4%** em **2028**; (ii) **4%** em **2029**; (iii) **16%** em **2030**; e (iv) **76%** em **2031**

Amortização extraordinária com recursos líquidos da venda da FIC (aproximadamente R\$ 0,3 Bilhão)

2ª série conversível

Valor da 2ª série: **Máximo de R\$ 1,1 bilhão**

Custo da Emissão: **CDI + 2,5%**

Conversão: **opção de conversibilidade ao longo do período no preço do momento, dividido em 4 anos (1/4 do total da dívida por ano, com janelas anuais)**

Janelas de conversão: (i) **1S27**; (ii) **1S29**; (iii) **1S30**; e (iv) **1S31** – sempre 45 dias após a divulgação das DFs de final de ano

Precificação: **Via VWAP 90 dias antes de cada janela, com desconto de 20%**

Recompra: **Opção de recompra de série (parcial ou totalmente) pelo GPA, antes das janelas de conversão. No caso de não conversão por credores ao fim do prazo, as debêntures serão resgatadas pela Companhia por R\$ 1,00 (um real).**

(ii) Emissão B em série única

Série única

Valor: **Aproximadamente R\$ 2,0 bilhões**

Deságio: **70%**

Principal: **Bullet em setembro/36**

Juros: **Pagamento semestral a partir de março/32**

Correção: **CDI**

Assim, considerando os créditos sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial, a Companhia deve reduzir esse passivo pecuniário dos R\$ 4.568 milhões para aproximadamente R\$ 2.083 milhões. Vale ressaltar ainda que o plano prevê uma nova linha de financiamento de até R\$ 200 milhões, a ser integralmente concedido por credores sujeitos ao plano que desejem conceder novos recursos à Companhia.

Abaixo, os principais resultados esperados com a homologação do plano de recuperação extrajudicial:

Comentário do Desempenho Alavancagem Financeira

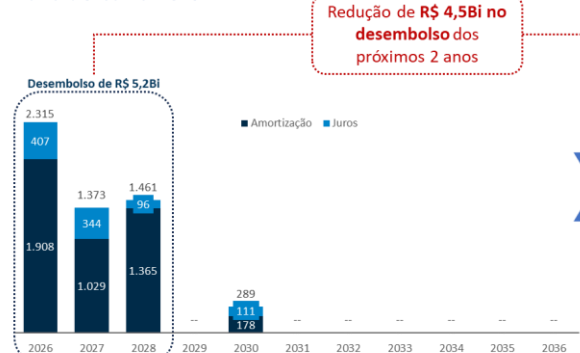
No 1T26, a Companhia apresentou uma dívida bruta financeira de R\$ 4.173 milhões, valor inferior ao considerado no plano de recuperação extrajudicial, já que o plano sujeita outros créditos quirografários e não correntes da Companhia. Como resultado, a dívida bruta financeira da Companhia deve passar para R\$ 2.083 milhões, sem considerar eventual financiamento de até R\$ 200 milhões previsto no plano.

Abaixo, a análise de alavancagem do 1T26 e a análise pro forma da alavancagem, considerando a utilização dos recursos provenientes da venda da FIC para amortização de parte da dívida, conforme previsto nos termos do plano:

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	31.03.2026	Redução no plano de RE	Pro forma 31.03.2026
Dívida de Curto Prazo	4.173	(4.173)	-
Empréstimos e Financiamentos	1.437	(1.437)	-
Debêntures	2.735	(2.735)	-
Dívida de Longo Prazo	-	1.794	1.794
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Debêntures	-	1.794	1.794
Total da Dívida Bruta	4.173	(2.379)	1.794
Caixa e Equivalentes	(943)	-	(943)
Dívida Líquida	3.230	(2.379)	851
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(29)	-	(29)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	3.201	(2.379)	822
EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS16 (últimos 12 meses)	899	-	899
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS16 (últimos 12 meses)	3,5x	(2,6)x	0,9x

Cronograma de Amortização e Custo da Dívida

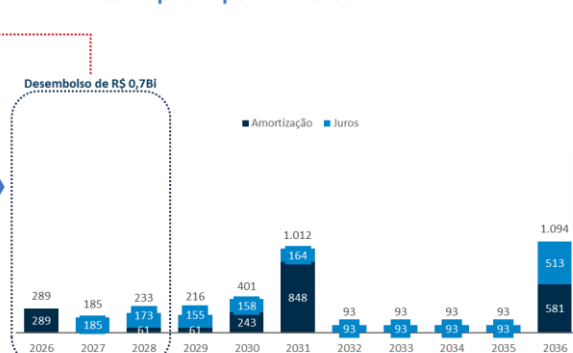
Fluxo de Caixa As Is



Custo médio da dívida:
CDI + 1,8% a.a.

Prazo Médio:
2,1 anos

Fluxo de Caixa pós Reperfilamento via RE



Custo médio da dívida
(não conversível):
CDI + 0,5% a.a.

Prazo Médio:
6,4 anos

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

O primeiro trimestre de 2026 representou um passo importante na agenda de estabilização e transformação do GPA. Seguimos avançando com disciplina na execução das prioridades operacionais e financeiras da Companhia, mantendo foco na geração de caixa, na simplificação da estrutura e no aprimoramento da experiência dos nossos clientes.

Neste trimestre, ajuizamos o processo de recuperação extrajudicial e concluímos as negociações com credores não operacionais em menos de 60 dias. A companhia carregava uma estrutura de dívida incompatível com o seu tamanho atual e a decisão pela recuperação extrajudicial teve como objetivo claro reorganizar a estrutura de capital sem afetar a operação.

O acordo promove uma melhora estrutural no perfil da dívida, redução do custo financeiro, diminuição do endividamento e reduz a pressão de caixa. Tudo isso amplia a previsibilidade financeira e a capacidade de execução da companhia. O GPA passa a operar com uma estrutura de capital mais equilibrada, criando as condições para avançar em suas prioridades estratégicas, com foco em rentabilidade, eficiência e crescimento sustentável.

Esse foi e será um marco relevante para o fortalecimento da estrutura financeira, reforçando a capacidade do GPA de conduzir processos complexos de forma responsável, preservando relações construtivas com credores, fornecedores, parceiros e demais stakeholders.

Ao longo dos últimos meses, temos aprofundado a agenda de eficiência operacional, revisão de processos e racionalização de despesas, sempre com foco em aumentar a competitividade e elevar a capacidade de execução do negócio. Os resultados do trimestre refletem essa evolução, com avanços operacionais importantes e maior disciplina financeira.

Entramos em um novo ciclo com uma base financeira mais sólida, maior capacidade de execução e confiança na evolução consistente dos resultados nos próximos anos. Nesse período, também reforçamos a estrutura de liderança em um momento-chave da transformação da companhia, com uma diretoria executiva mais integrada e complementar, preparada para elevar o nível de execução e sustentar a evolução estratégica do negócio.

Tenho orgulho do projeto que estamos construindo no GPA e da capacidade da Companhia de se manter competitiva mesmo em um contexto desafiador. A combinação de ativos relevantes, marcas consolidadas e uma base fiel de clientes, apoiados por um time de mais de 35 mil colaboradores cuja dedicação tem sido fundamental neste momento de transformação, representa uma base sólida para o sucesso da Companhia.

Seguimos conscientes de que ainda há desafios importantes pela frente. A transformação de uma empresa com a relevância e a escala do GPA exige consistência, velocidade de execução e visão de longo prazo. Nossa prioridade permanece clara: fortalecer a operação, preservar liquidez, melhorar rentabilidade e construir uma trajetória sustentável de geração de valor.

Seguiremos executando essa agenda com foco e disciplina, trimestre após trimestre.

Alexandre Santoro
Diretor Presidente do GPA

Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros

DESTAQUES FINANCEIROS (R\$ milhões, exceto quando indicado)	1T26	1T25	Δ
Receita Bruta	4.829	5.092	-5,2%
Receita Líquida	4.374	4.767	-8,2%
Lucro Bruto	1.332	1.315	1,3%
Margem Bruta	30,4%	27,6%	2,9 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(917)	(950)	-3,5%
% da Receita Líquida	21,0%	19,9%	1,0 p.p.
Equivalência Patrimonial	16	17	-9,8%
EBITDA Ajustado Consolidado⁽¹⁾	458	409	12,0%
Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	10,5%	8,6%	1,9 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(546)	(85)	542,6%
Lucro Líquido Controladores – Operações Continuadas	(1.347)	(93)	1343,5%
Margem Líquida – Controladores – Operações Continuadas	-30,8%	-2,0%	-28,8 p.p.
Lucro Líquido Controladores – Operações Descontinuadas⁽²⁾	(90)	(75)	19,9%
Lucro Líquido Controladores Consolidado⁽³⁾	(1.437)	(169)	751,8%

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização ajustado pelas Outras Desp. e Rec. Oper.; (2) Inclui resultado da operação descontinuada de hipermercados e postos de combustíveis; e (3) Considera resultados das operações continuadas e descontinuadas

Obs.: Em decorrência do processo de descontinuidade das atividades dos hipermercados Extra, em 2021, e dos postos de combustível, em 2024, conforme divulgado em fatos relevantes e comunicados ao mercado, essas operações passaram a ser tratadas contabilmente como operações descontinuadas (IFRS 5/CPC 31). Assim, os efeitos nas Demonstrações de Resultado foram ajustados retroativamente, conforme a Resolução CVM nº 108/22, que trata de ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Os comentários a seguir referem-se ao resultado das operações continuadas.

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

Vendas Totais e Mesmas Lojas

RECEITA BRUTA E MESMAS LOJAS (R\$ milhões)	1T26		Variação 1T26/1T25	
	Vendas totais	Participação das vendas (%)	Total lojas	Mesmas lojas ex. efeito calendário ⁽⁴⁾
Pão de Açúcar	2.482	51,4%	-0,5%	0,2%
Extra Mercado	1.619	33,5%	-1,1%	1,2%
Proximidade	647	13,4%	1,8%	0,3%
Outros negócios ⁽¹⁾	80	1,7%	16,2%	n.d.
GPA ex. Aliados	4.828	100,0%	-0,2%	0,6%
Aliados ⁽²⁾	1	0,0%	-99,6%	n.d.
GPA⁽³⁾	4.829	100,0%	-5,2%	0,6%

(1) Receitas provenientes principalmente do aluguel de galerias comerciais e Stix Fidelidade; (2) Modelo de venda direta para pequenos comércios; (3) Exclui receitas de postos de combustíveis classificadas em atividades descontinuadas a partir do 1T24; (4) Ajuste de -0,1p.p. na venda mesmas lojas em relação ao efeito calendário.

No 1T26, as vendas totais alcançaram R\$ 4,8 bilhões, com recuo de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte dessa redução está relacionada à execução da estratégia de priorização de canais com maior rentabilidade, com destaque para a descontinuidade do formato Aliados, modelo de venda direta para pequenos comércios, e impactos de portfólio de lojas no período. Vale ressaltar também o reequilíbrio das vendas no canal de e-commerce, com redução das vendas nas plataformas parceiras (3P) e maior foco, com crescimento, nas vendas do canal próprio (1P).

Além disso, o trimestre foi parcialmente impactado pela recuperação extrajudicial e manteve-se a tendência observada nos trimestres anteriores. Vale destacar que o mercado alimentar continua operando em um ambiente de demanda mais arrefecida, em meio a um consumo pressionado por fatores econômicos, e à deflação, principalmente em itens de mercearia básica. Ainda assim, o posicionamento das bandeiras da Companhia, presentes em diferentes jornadas de compra e perfis de renda, com ênfase no segmento premium, seguiu resiliente nesse cenário, com crescimento de 0,6% no conceito de mesmas lojas.

Histórico de crescimento mesmas lojas por bandeira e formato

Crescimento YoY Mesmas Lojas ⁽¹⁾	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	1T26
Pão de Açúcar	6,7%	2,7%	4,6%	10,2%	6,5%	6,5%	3,5%	1,8%	0,2%
Extra Mercado	4,5%	3,4%	5,8%	10,3%	6,6%	4,8%	5,5%	4,0%	1,2%
Proximidade	2,3%	6,9%	4,6%	4,9%	7,8%	0,2%	2,8%	3,2%	0,3%

(1) Ajuste de -0,1p.p. na venda mesmas lojas em relação ao efeito calendário.

No Pão de Açúcar, as vendas em mesmas lojas cresceram 0,2%, com destaque para a categoria de perecíveis que, assim como no trimestre anterior, apresentou desempenho mais resiliente do que as demais categorias, mesmo em um ambiente de demanda mais desafiador. A estratégia de priorização dos canais de e-commerce com maior rentabilidade, com consequente redução de vendas, teve efeito mais relevante sobre a bandeira e limitou o crescimento no trimestre. Ainda assim, a proposta de valor do Pão de Açúcar, sustentada por sortimento premium, elevada qualidade de perecíveis e excelência no atendimento, permanece bem-posicionada para capturar mudanças nos hábitos de consumo, especialmente a busca crescente dos clientes por opções de alimentação mais saudáveis.

No Extra Mercado, o crescimento de vendas em mesmas lojas atingiu 1,2%, refletindo a continuidade da captura de ganhos decorrentes do projeto de revisão de sortimento e gestão de categorias, iniciado no 2º semestre de 2024 — que incluiu o reposicionamento dos perfis de loja e a revisão do papel das principais categorias. Assim como no Pão de Açúcar, a categoria de perecíveis foi o principal destaque do trimestre, registrando crescimento superior ao das demais categorias.

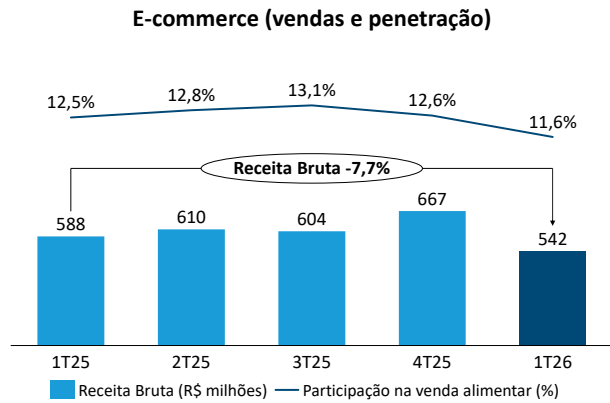
No formato de Proximidade, as vendas em mesmas lojas cresceram 0,3% no trimestre, refletindo uma desaceleração em relação ao período anterior em um contexto de mercado mais desafiador, com consumo pressionado e deflação em categorias de maior relevância para a bandeira. Ainda assim, o formato manteve a solidez de sua proposta de valor e a consistência de sua execução operacional, com destaque para a categoria de perecíveis, que apresentou desempenho superior em relação as demais categorias.

Comentário do Desempenho Vendas pelo E-commerce

No 1T26, a Companhia seguiu executando sua estratégia de priorização da rentabilidade nas operações. No e-commerce, isso se traduziu em ajustes relevantes no mix de vendas, com maior foco no canal próprio (1P) e menor exposição às plataformas de terceiros (3P).

Como consequência, as vendas do e-commerce totalizaram R\$ 542 milhões, com retração de 7,7% no período. Ainda assim, a operação apresentou evolução relevante de rentabilidade, refletida na expansão da margem operacional. Esse desempenho decorre da combinação entre o crescimento de 8,5% no canal 1P e a redução de 17,3% no canal 3P, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar modalidades com melhor perfil de retorno.

A participação do e-commerce nas vendas totais alcançou 11,6% no trimestre, uma redução de 0,9 p.p. em relação ao ano anterior. Considerando a composição de vendas por canal, o 1P ampliou sua penetração para 5,1%, avanço de 0,4 p.p., enquanto o 3P representou 6,5% das vendas, com retração de 1,3 p.p.



Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

Plano de Eficiência 2026

Conforme divulgado em fato relevante em 04 de novembro de 2025, a Companhia estabeleceu o Plano de Eficiência 2026, com foco na otimização de custos, despesas e investimentos. Nesse contexto, foram definidas duas projeções principais: (i) investimentos em Capex para 2026, contemplando aquisições de ativo imobilizado e investimentos em ativos intangíveis, estimados entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões; e (ii) redução de despesas e custos operacionais, principalmente relacionados ao suporte às operações de lojas e à estrutura administrativa, de pelo menos R\$ 415 milhões.

Projeção de Capex

No 1T26, os investimentos em Capex totalizaram R\$ 87 milhões⁽¹⁾, representando redução de R\$ 106 milhões, ou 55%, em relação ao 1T25. Essa redução decorre, principalmente, de menores investimentos em expansão de lojas, com redução de R\$ 60 milhões, além da diminuição dos investimentos em tecnologia da informação e logística, com diminuição de R\$ 44 milhões.

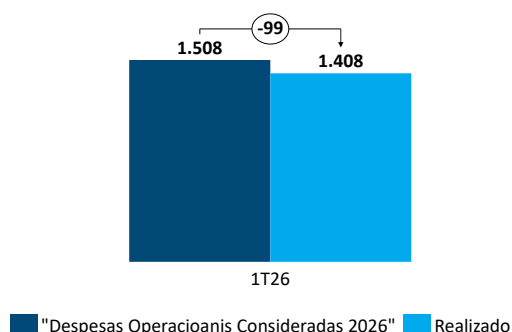
Considerando a projeção anual divulgada, o volume investido no trimestre corresponde a **28,9% da base inferior do intervalo projetado de R\$ 300 milhões e a 24,8% do limite superior de R\$ 350 milhões.**

Projeção de Despesas

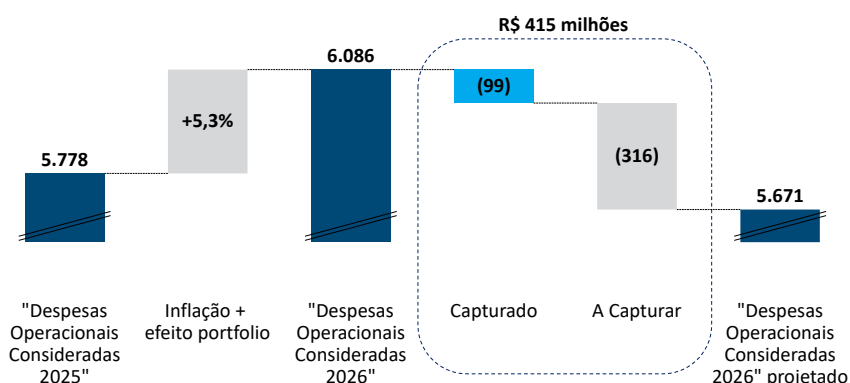
Já em relação à projeção de despesas, foi definido um perímetro de despesas para alcançar a redução de, pelo menos, R\$ 415 milhões. Consulta sobre as definições na seção de “Comentários Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” do ITR.

Para o 1T26, a Companhia apresentou um gasto de **R\$ 1.408 milhões** que, quando comparado com as “Despesas Operacionais Consideradas 2026” ou “Baseline 2026” para o 1T26 de **R\$ 1.508 milhões**, houve uma diminuição de **R\$ 99 milhões**, equivalente a **23,9% da meta anual** de redução de R\$ 415 milhões.

Captura de eficiências 1T26



Acompanhamento Plano de Despesas



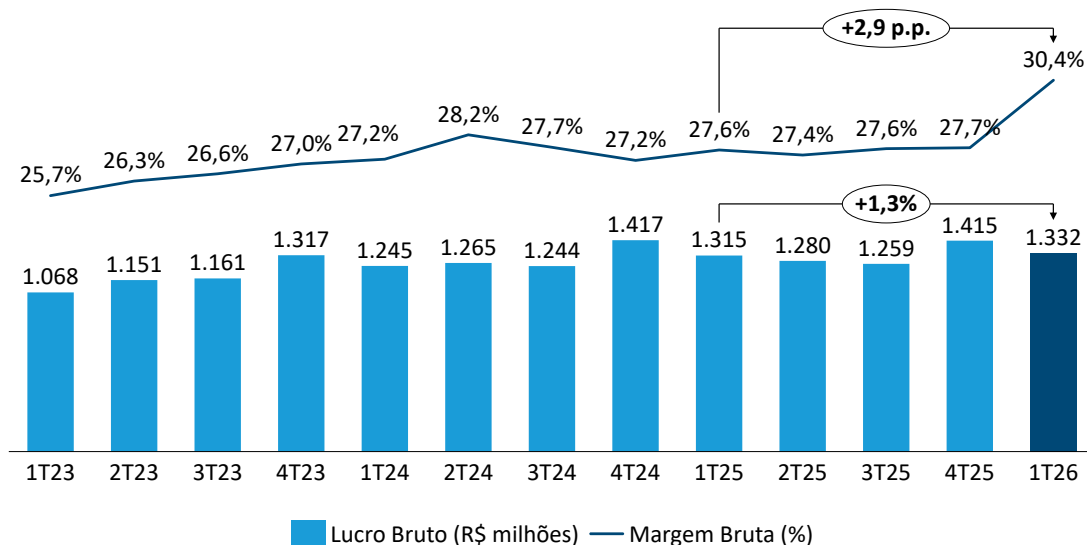
Tais ganhos foram capturados em função, principalmente, (i) da redução do quadro de funcionários; (ii) da revisão de contratos relevantes de TI, além da revisão e descontinuação de contratos menos eficientes; (iii) ganhos de eficiência operacional relacionados a fretes, com otimização de transferências, roteirização e melhor ocupação; (iv) dentre outros ganhos associados à redução de consumo de *utilities*, reduções de perdas operacionais e renegociação de contratos de ocupação.

(1) Visão contábil dos investimentos em Capex, sem considerar os ajustes de *built to suit*, apresentados ao final deste release

Comentário do Desempenho

Expansão de margem bruta reflete iniciativas de priorização da rentabilidade

Expansão de 2,9 p.p. na comparação com 1T25



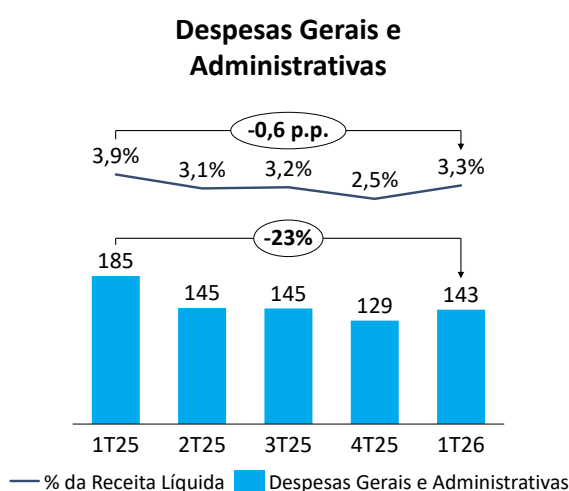
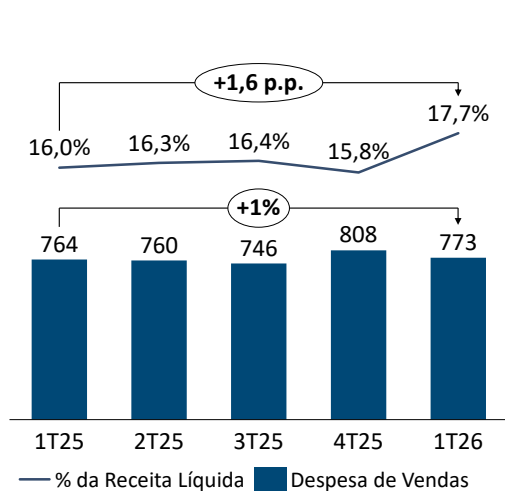
No 1T26, o Lucro Bruto atingiu R\$ 1,3 bilhão, com uma margem de 30,4%, representando ganho de 2,9 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior. Esse expressivo avanço de rentabilidade reflete um conjunto de iniciativas estratégicas e operacionais, incluindo: (i) da descontinuidade do formato Aliados, (ii) da maior rentabilidade do e-commerce, (iii) do avanço das receitas de *retail media*, que no trimestre apresentaram avanço de 45% na comparação anual, (iv) de aprimoramentos operacionais contínuos nas bandeiras e formatos, favorecendo ganhos sustentáveis de rentabilidade; e (v) redução de quebras e custo logístico.

A Equivalência Patrimonial, correspondente à participação do GPA nos resultados da FIC, totalizou R\$ 16 milhões, apresentando estabilidade em comparação ao reportado no 1T25. Adicionalmente, e em linha com a estratégia de venda de ativos, a Companhia anunciou a venda de sua participação na FIC, cujo recebimento está condicionado ao cumprimento de certas condições precedentes (maiores detalhes [aqui](#)).

Com a conclusão da operação, a Companhia estará habilitada a firmar novos acordos de parceria na área de serviços financeiros, com o objetivo de explorar os balcões presentes em suas bandeiras – que somam 727 lojas e registram fluxo superior a 20 milhões de clientes por mês – e do seu e-commerce que atualmente é o maior do segmento alimentar do Brasil, destravando e potencializando o valor de seus ativos.

Margem EBITDA Ajustado atinge 10,5%

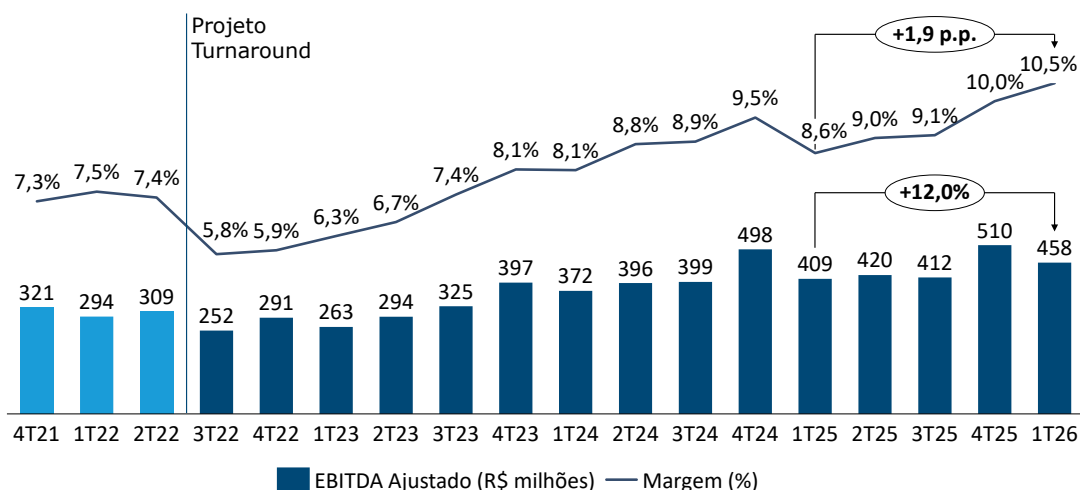
Avanço em virtude das iniciativas de priorização de rentabilidade



Comentário do Desempenho

No 1T26, o SG&A totalizou R\$ 917 milhões, representando uma redução nominal de aproximadamente R\$ 30 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os avanços obtidos com as iniciativas implementadas no Plano de Eficiência da Companhia, incluindo redução do quadro de colaboradores, revisão de contratos relevantes de TI e descontinuação de contratos menos eficientes. Também foram capturados ganhos de eficiência operacional em fretes, por meio da otimização de transferências, roteirização e melhor ocupação logística, além de iniciativas voltadas à redução do consumo de *utilities*, diminuição de perdas operacionais e renegociação de contratos de ocupação.

Evolução da Rentabilidade – EBITDA Ajustado



Como reflexo dessas iniciativas, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 458 milhões no trimestre, com avanço de 12,0% em relação ao 1T25 e margem de 10,5%, equivalente a uma expansão de 1,9 p.p. na comparação anual. O resultado evidencia a disciplina da Companhia na execução de medidas voltadas à eficiência, com ênfase na redução de despesas, na otimização da estrutura de custos operacionais e na priorização de operações com maior rentabilidade.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

No trimestre, as Outras Receitas e Despesas totalizaram R\$ (546) milhões, sendo R\$ (426) milhões referente ao reconhecimento de *impairment*, baixa de ativos e efeito de discussões tributárias não recorrentes. Desse montante, (i) R\$(348) milhões referem-se à baixa de softwares no contexto do projeto de simplificação de sistemas da Companhia; (ii) R\$ (51) milhões estão associados à baixa de fundo de comércio, discussões tributárias e outros passivos; e (iii) R\$ (27) milhões referem-se ao reconhecimento de *Impairment* de lojas.

Excluindo esses efeitos não recorrentes e sem impacto caixa, as Outras Receitas e Despesas somariam R\$ (120) milhões, dos quais, principalmente, R\$ (85) milhões são relacionados a provisões trabalhistas, tributárias, cíveis/regulatórias e outras despesas e R\$ (35) milhões são referentes a despesas com reestruturação e fechamento de lojas.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)	1T26	1T25	Δ
Receitas Financeiras	42	59	-29,3%
Despesas Financeiras – pré-IFRS 16	(296)	(249)	18,9%
Custo da dívida	(169)	(138)	22,5%
Custo de antecipação de recebíveis	(24)	(21)	14,3%
Outras despesas financeiras	(103)	(90)	14,4%
Resultado Financeiro Líquido – pré-IFRS 16	(254)	(190)	33,8%
% Receita Líquida – pré-IFRS 16	-5,8%	-4,0%	-1,8 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(127)	(128)	-0,5%
Resultado Financeiro Líquido – pós-IFRS 16	(382)	(318)	20,0%
% Receita Líquida – pós-IFRS 16	-8,7%	-6,7%	-2,0 p.p.

Comentário do Desempenho

No 1T26, o Resultado Financeiro Líquido pré-IFRS 16 totalizou R\$ (254) milhões, representando 5,8% da receita líquida. Abaixo, destacam-se os principais impactos na comparação com o mesmo período do ano anterior:

- Receitas Financeiras: apresentaram redução, impulsionadas principalmente por um menor nível do caixa médio no período e consequente queda da remuneração.
- Despesas Financeiras: aumentaram 18,9%, refletindo (i) a elevação do custo da dívida em função do aumento da taxa Selic e (ii) o custo financeiro relacionado as garantias associadas as contingências.

Considerando o efeito do IFRS 16, o Resultado Financeiro Líquido, incluindo os juros sobre o passivo de arrendamento, totalizou R\$ (382) milhões no 1T26, equivalente a 8,7% da receita líquida.

Prejuízo Líquido Continuado e Descontinuado

No 1T26, o Prejuízo Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$ (1.347) milhões, sendo impactado negativamente por efeitos não recorrentes e sem impacto caixa, totalizando R\$ (1.014) milhões. Tais efeitos incluem, principalmente, (i) baixa de Software motivada por obsolescências, visando ganhos de eficiência, no valor de R\$ (348) milhões; (ii) baixa de fundo de comércio e outros ativos de R\$ (51) milhões; (iii) *Impairment* de lojas no valor de R\$ (27) milhões, que impactaram a linha de outras receitas e despesas operacionais; e (iv) baixa de crédito no exterior, registrado para compensação futura, de R\$ (588) milhões, que impactou a linha de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Excluindo tais efeitos, o Prejuízo Líquido das Operações Continuadas Ajustado totalizou R\$ (333) milhões.

No mesmo período do ano anterior, a Companhia registrou Prejuízo Líquido das Operações Continuadas de R\$ (93) milhões. Esse resultado, contudo, foi beneficiado por efeitos positivos não recorrentes que totalizaram R\$ 196 milhões, relacionados (i) à reversão de provisões relacionados ao processo de CSLL de 2022 e (ii) do reconhecimento de prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Excluindo esses efeitos, o Prejuízo Líquido das Operações Continuadas Ajustado no 1T25 foi de R\$ (289) milhões.

Ainda no 1T26, o Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas totalizou R\$ (90) milhões, apresentando um crescimento de R\$ 15 milhões em relação ao ano anterior, refletindo principalmente a atualização monetária de processos trabalhistas e tributários.

Comentário do Desempenho

Geração de Caixa e Dívida Líquida

VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA - ABERTURA GERENCIAL (R\$ milhões)	1T26	1T25	Δ R\$	LTM 1T26	LTM 1T25	Δ R\$
EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS 16⁽¹⁾	238	186	52	899	840	60
Equivalência Patrimonial	(16)	(17)	2	(58)	(65)	7
Imposto de Renda Pago	(1)	(1)	0	(5)	(2)	(2)
Varição do capital de giro de mercadorias	(995)	(616)	(378)	(148)	157	(305)
Varição em Estoques	(8)	(101)	93	144	(232)	376
Varição em Fornecedores	(1.040)	(615)	(425)	(369)	293	(662)
Varição em Recebíveis	53	99	(46)	77	96	(19)
Varição em outros ativos e passivos operacionais	94	21	72	341	96	245
Fluxo de Caixa Operacional	(680)	(427)	(253)	1.029	1.025	4
Capex ajustado por BTS ⁽²⁾	(87)	(192)	105	(507)	(709)	202
Fluxo de Caixa Livre Operacional	(767)	(619)	(148)	522	316	206
Outras receitas e despesas operacionais	(193)	(215)	22	(527)	(749)	222
Dividendos	48	17	31	48	47	1
Fluxo de Caixa Livre Operacional Ajustado	(911)	(816)	(95)	43	(386)	429
Vendas de ativos / oferta ⁽³⁾	5	7	(2)	95	335	(240)
Fluxo de Caixa depois da venda de ativos	(906)	(809)	(97)	138	(51)	189
Custo financeiro líquido ⁽⁴⁾	(247)	(200)	(47)	(967)	(630)	(337)
Varição da dívida líquida	(1.153)	(1.009)	(144)	(830)	(681)	(149)

(1) Considera o EBITDA ajustado por efeitos em Outras Receitas e Despesas Operacionais, com o resultado da Equivalência Patrimonial e com custos e despesas com aluguéis; (2) líquido de financiamento no formato *built to suit* para as novas lojas do Pão de Açúcar; (3) inclui receitas com vendas de ativos não core e não estratégicos; (4) inclui juros da dívida bruta, rentabilidade do caixa, custos com fianças bancárias e custos com descontos de recebíveis.

Para fins de comparação, as variações são analisadas com base nos últimos 12 meses encerrados no 1T26 (LTM 1T26), exceto quando indicado.

O EBITDA Ajustado pré-IFRS 16 totalizou R\$ 899 milhões, refletindo uma evolução de 7,1% em relação ao período anterior. Já o Fluxo de Caixa Operacional, após as variações de capital de giro, atingiu R\$ 1,0 bilhão, com leve avanço de 0,4% na comparação anual, mesmo diante de um impacto pontual relacionado à maior alocação de caixa para fornecedores, com o objetivo de preservar a normalidade operacional durante o processo de Recuperação Extrajudicial.

O CAPEX somou R\$ 507 milhões, registrando redução de 28,5% em relação ao ano anterior. Na comparação trimestral, a queda foi de 54,8%, refletindo a maior seletividade nos investimentos e a descontinuidade do plano de expansão.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais registraram despesa líquida de R\$ 527 milhões, redução de R\$ 222 milhões em relação ao período anterior. Os efeitos recorrentes que impactaram essa rubrica somaram R\$ 284 milhões, compostos principalmente por pagamentos de contingências tributárias, cíveis e regulatórias, parcelamento do Acordo Paulista, além de honorários advocatícios. Por outro lado, os efeitos não recorrentes totalizaram R\$ 243 milhões e são compostos por: (i) desembolsos com processos trabalhistas, em sua maior parte relacionados ao Extra Hiper, atualmente em fase de redução, no valor aproximado de R\$ 343 milhões; (ii) despesas com reestruturações, incluindo fechamento de lojas, estimadas em R\$ 92 milhões, contrabalanceados pelo impacto positivo da (iii) restituição de impostos no valor de R\$ 138 milhões; e pela (iv) indenização relacionada à processo tributário no valor de R\$ 55 milhões.

A frente de vendas de ativos não estratégicos totalizou R\$ 95 milhões no período, com destaque para as parcelas recebidas pela venda dos postos de combustíveis, além da venda de imóveis e lojas deficitárias.

Por fim, o custo financeiro líquido totalizou R\$ 967 milhões, um aumento de R\$ 337 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a elevação da taxa SELIC, o aumento da dívida líquida e a concentração de pagamento de prêmios relacionados às renovações de seguros-garantia vinculados a discussões tributárias em esfera judicial. Vale ressaltar que cerca de um terço das garantias mantidas pela Companhia foi renovado ao longo dos últimos 12 meses. Em diversas dessas operações, a Companhia realiza o pagamento antecipado dos prêmios correspondentes ao período total de vigência das garantias contratadas — que, em muitos casos, é de até cinco anos. Assim, embora o efeito seja reconhecido nos resultados conforme o regime de competência, o desembolso impacta imediatamente o fluxo de caixa no momento da contratação.

Comentário do Desempenho

Abaixo a tabela com detalhe do capital de giro das mercadorias na comparação entre 1T26 e 1T25.

CAPITAL DE GIRO DE MERCADORIAS (R\$ milhões)	1T25	2T25	3T25	4T25	1T26	1T26 vs 1T25	1T26 vs 4T25
(+) Fornecedores	2.518	2.431	2.577	3.189	2.149	(369)	(1.040)
(-) Estoques	(2.114)	(1.929)	(1.905)	(1.963)	(1.971)	144	(8)
(-) Recebíveis	(309)	(292)	(247)	(285)	(231)	77	53
(=) Capital de giro após recebíveis	95	209	425	941	(53)	(148)	(995)
Dias de CMV 12 meses⁽¹⁾							
(+) Fornecedores	58	56	59	74	52	(7)	(23)
(-) Estoques	(49)	(44)	(44)	(46)	(47)	2	(2)
(-) Recebíveis	(7)	(7)	(6)	(7)	(6)	2	1
(=) Capital de giro após recebíveis	2	5	10	22	(1)	(3)	(23)

(1) Os saldos das linhas de capital de giro foram divididos pelo Custo de Mercadoria Vendida de atividades continuadas e descontinuadas dos últimos 12 meses e multiplicado pela quantidade de dias do ano

Dívida líquida consolidada

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	31.03.2026	31.03.2025	Δ R\$
Dívida de Curto Prazo	4.173	895	3.278
Empréstimos e Financiamentos	1.437	9	1.428
Debêntures	2.735	885	1.850
Dívida de Longo Prazo	-	3.667	(3.667)
Empréstimos e Financiamentos	-	1.158	(1.158)
Debêntures	-	2.509	(2.509)
Total da Dívida Bruta	4.173	4.562	(389)
Caixa e Equivalentes	(943)	(2.161)	1.219
Dívida Líquida	3.230	2.400	830
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(29)	(23)	(6)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	3.201	2.378	823
EBITDA Ajustado Consolidado (últimos 12 meses)	1.800	1.701	99
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado Consolidado (últimos 12 meses)	1,8x	1,4x	0,4x
EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS 16 (últimos 12 meses)	899	840	60
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS 16 (últimos 12 meses)	3,6x	2,8x	0,7x

A dívida líquida, incluindo o saldo de recebíveis não antecipados, totalizou R\$ 3,2 bilhões ao final do período. A alavancagem financeira pré-IFRS 16 — medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS 16 dos últimos 12 meses (incluindo despesas com aluguéis) — alcançou 3,5x no 1T26.

Investimentos

CAPEX AJUSTADO ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	1T26	1T25	Δ R\$	LTM 1T26	LTM 1T25	Δ R\$
Expansão	2	61	(59)	52	152	(100)
Reformas, Conversões e Manutenções	45	47	(2)	206	230	(24)
TI, Digital e Logística	40	84	(44)	249	326	(78)
Total	87	192	(105)	507	709	(202)

(1) Líquido de financiamento no formato built to suit para as novas lojas da bandeira Pão de Açúcar

No 1T26, o Capex Ajustado, que exclui os efeitos das operações de *built to suit*, totalizou R\$ 87 milhões, com reduções em todas as linhas, levando a uma redução de 54,8% ou de R\$ 105 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. É possível observar significativa redução dos investimentos em abertura de novas lojas, diante da descontinuidade do plano de expansão, assim como a redução em investimentos de TI.

Conforme divulgado, no contexto do Plano de Eficiência 2026, a Companhia projeta reduzir o CAPEX anual para o intervalo entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões, principalmente em função da descontinuidade da expansão e da redução de investimentos em TI e reformas de lojas. Essas iniciativas reforçam o foco na preservação de caixa e na eficiência na alocação de capital, contribuindo para a redução da dívida líquida.

Comentário do Desempenho ESG NO GPA

Agenda de iniciativas sociais e de meio ambiente

O primeiro trimestre de 2026 representou um período de consolidação das iniciativas implementadas ao longo de 2025, bem como de continuidade das ações alinhadas à estratégia de sustentabilidade da Companhia. No período, avançamos de forma consistente em nossas frentes prioritárias, com reconhecimento em importantes rankings e premiações, fortalecimento dos compromissos em Diversidade, Equidade e Inclusão e ampliação do impacto social positivo de nossas iniciativas, sempre em linha com a geração de valor para nossos públicos de relacionamento.

Respeito ao Negócio: Por mais um ano consecutivo, a Companhia foi reconhecida no ranking Merco Empresas 2025, que avalia a reputação corporativa das organizações. Também mantivemos a liderança no setor de supermercados e atacados, alcançando a 44ª posição no ranking geral. Além disso, reforçamos nosso compromisso com transparência e governança por meio da criação, em nosso site corporativo, de uma seção dedicada ao *United Nations Global Compact* e ao Movimento Transparência 100%, visando assegurar a aderência às metas assumidas, bem como a adoção contínua das melhores práticas de ética, integridade e transparência.

Respeito às Pessoas: No trimestre, relançamos nossos três Grupos de Afinidade, fortalecendo a agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão. Também realizamos a campanha Atitude Delas, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, reforçando nosso compromisso com a equidade de gênero e a ampliação da presença feminina em posições de liderança. Adicionalmente, o Programa Mãos na Massa formou 55 participantes, incluindo turmas voltadas a mulheres e pessoas em situação de refúgio ou imigração.

Respeito ao Alimento: Recebemos o reconhecimento de maior impacto na plataforma *Food To Save* pelos resultados alcançados em 2025. No 1T26, expandimos a iniciativa para as lojas de Proximidade, alcançando 532 unidades. No período, foram comercializadas 248,3 mil sacolas, evitando o desperdício de mais de 362 toneladas de alimentos. Complementando essa atuação, a Campanha de Páscoa Solidária arrecadou 17,7 toneladas de alimentos, além da doação de mais de 1,3 mil ovos de Páscoa por meio do programa Colabora, em parceria com a Mondelez.

Comentário do Desempenho

Movimentação de Lojas por Bandeira

No 1T26, houve conversão de 2 lojas do Pão de Açúcar Fresh em Pão de Açúcar, visando maior aderência de sortimento às características regionais de cada unidade. Cabe ressaltar que não há novas aberturas previstas para os próximos trimestres.

No mesmo período, encerramos a operação de uma loja de Minuto Pão de Açúcar em decorrência de um incêndio ocorrido na unidade, tendo a Companhia optado por não retomar suas operações no local.

Lojas por Bandeira	4T25	1T26					
	Nº de Lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de lojas	Área de vendas m ² (mil)
GPA	728	0	2	-1	-2	727	545
Pão de Açúcar	187	0	2	0	0	189	259
Extra Mercado	164	0	0	0	0	164	191
Mini Extra (Proximidade)	155	0	0	0	0	155	39
Minuto Pão de Açúcar (Proximidade)	221	0	0	-1	-2	218	54
Lojas em Conversão / Análise	1	0	0	0	0	1	2

Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
(R\$ milhões)	ATIVO		
	Consolidado		
	31.03.2026	31.03.2025	
Ativo Circulante	4.931	5.660	
Caixas e Equivalentes de Caixa	943	2.161	
Aplicações financeiras	24	16	
Contas a Receber	231	309	
Cartões de Crédito	29	23	
Tickets de vendas e duplicatas a receber	180	265	
Provisão para Devedores Duvidosos	(0)	(3)	
Provenientes de Acordos Comerciais	23	24	
Estoques	1.971	2.114	
Tributos a Recuperar	839	510	
Ativos Disponíveis para Venda	338	122	
Créditos com Partes Relacionadas – CP	54	0	
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	531	428	
Ativo Não Circulante	11.231	13.711	
Realizável a Longo Prazo	4.349	5.021	
Tributos a Recuperar	1.530	2.432	
Instrumentos Financeiros	(0)	0	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.692	1.386	
Partes Relacionadas	1	4	
Depósitos para Recursos Judiciais	240	261	
Despesas Antecipadas e Outros	887	938	
Investimentos	0	804	
Imobilizado	5.942	6.167	
Intangível	939	1.719	
TOTAL DO ATIVO	16.162	19.371	

Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
(R\$ milhões)	PASSIVO		
	Consolidado		
	31.03.2026	31.03.2025	
Passivo Circulante	8.841	5.793	
Fornecedores	2.420	2.567	
Fornecedores - convênio	20	185	
Empréstimos e Financiamentos	1.437	9	
Debêntures	2.735	885	
Passivo de Arrendamento	490	472	
Salário e Encargos Sociais	323	418	
Impostos e Contribuições a Recolher	465	416	
Financiamento Compra de Imóveis	73	124	
Partes Relacionadas	0	0	
Propaganda	16	18	
Provisão para Reestruturação	2	4	
Receitas a apropriar	143	181	
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	49	122	
Outros	667	391	
Passivo Não Circulante	6.639	10.804	
Empréstimos e Financiamentos	0	1.158	
Debêntures	0	2.509	
Passivo de Arrendamento	3.705	3.874	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	73	300	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-	
Impostos Parcelados	734	625	
Provisão para Demandas Judiciais	2.003	1.949	
Receitas a apropriar	33	54	
Outros	91	336	
Patrimônio Líquido	682	2.774	
Atribuído aos Acionistas Controladores	662	2.764	
Capital Social	2.511	2.511	
Reservas de Capital	(68)	(58)	
Reservas de Lucro	(1.781)	311	
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	(0)	(0)	
Participação de Acionistas não Controladores	20	10	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.162	19.371	

Comentário do Desempenho**Demonstrações Financeiras Consolidadas****Demonstração de Resultado do Exercício – 1º Trimestre de 2026**

(R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Δ
Receita Bruta	4.829	5.092	-5,2%
Receita Líquida	4.374	4.767	-8,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	(3.016)	(3.426)	-12,0%
Depreciação (Logística)	(27)	(26)	2,8%
Lucro Bruto	1.332	1.315	1,3%
Despesas com Vendas	(773)	(764)	1,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(143)	(185)	-22,7%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(917)	(950)	-3,5%
Resultado da Equiv. Patrimonial	16	17	-9,8%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(546)	(85)	542,6%
Depreciação e Amortização	(256)	(258)	-1,1%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	(371)	39	-
Receitas Financeiras	42	59	-29,3%
Despesas Financeiras	(423)	(377)	12,3%
Resultado Financeiro Líquido	(382)	(318)	20,0%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	(753)	(279)	169,6%
Imposto de Renda	(593)	187	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	(1.345)	(93)	1353,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(90)	(75)	19,9%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	(1.436)	(168)	754,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade	(1.347)	(93)	1343,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. Descontinuadas	(90)	(75)	19,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores Consolidado	(1.437)	(169)	751,7%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	1	1	91,5%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	0	0	-
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	1	1	91,5%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	(88)	324	-
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	458	409	12,0%

% da Receita Líquida	Consolidado		
	1T26	1T25	Δ
Lucro Bruto	30,4%	27,6%	2,9 p.p.
Despesas com Vendas	-17,7%	-16,0%	-1,6 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-3,3%	-3,9%	0,6 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-21,0%	-19,9%	-1,0 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	0,4%	0,4%	0,0 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-12,5%	-1,8%	-10,7 p.p.
Depreciação e Amortização	-5,8%	-5,4%	-0,4 p.p.
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	-8,5%	0,8%	-9,3 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	-8,7%	-6,7%	-2,1 p.p.
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	-17,2%	-5,9%	-11,3 p.p.
Imposto de Renda	-13,5%	3,9%	-17,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	-30,8%	-1,9%	-28,8 p.p.
Lucro Líquido Companhia Consolidado	-32,8%	-3,5%	-29,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade	-30,8%	-2,0%	-28,8 p.p.
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado	-32,9%	-3,5%	-29,3 p.p.
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	-2,0%	6,8%	-8,8 p.p.
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	10,5%	8,6%	1,9 p.p.

(1) EBITDA Ajustado exclui Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Notas Explicativas

GPA *alimentando sonhos e vidas*



*Informações contábeis intermediárias Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em 31 de março de 2026
Relatório do Auditor Independente sobre a
Revisão de Informações Contábeis Intermediárias*

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Mercado” e “Minimercado Extra”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”)) denominado Novo Mercado, sob o código “PCAR3”.

Em 2026, além do Grupo Coelho Diniz e do Grupo Casino, passaram a integrar o conjunto de acionistas com influência significativa a Bonsucex Holding e o Sr. Silvio Tini de Araújo, por meio de aquisições de ações da Companhia realizadas no ambiente de negociação da B3.

Assim, em 31 de março de 2026, a Companhia permanece como uma sociedade de capital aberto, sem acionista controlador definido e os acionistas com influência significativa sobre a Companhia são o Grupo Coelho Diniz, com participação acionária de 24,6%, a Bonsucex Holding em conjunto com o Sr. Silvio Tini de Araújo, com 23,0% e o Grupo Casino, com 22,5%, todos com representação no Conselho de Administração.

1.1 Venda dos postos de combustíveis

Em 26 de junho de 2024 a Companhia concluiu a venda da operação de 49 postos no Estado de São Paulo para empresa do Grupo Ultra. As demais operações, distribuídas em 8 Estados, foram alienadas a outros compradores. Até a efetiva transferência, os postos permanecem sob gestão do GPA, inclusive quanto ao reconhecimento dos resultados.

A venda dos 69 postos de combustíveis da Companhia, localizados em diversas regiões do Brasil, apresenta um valor total aproximado de R\$ 200, que serão pagos da seguinte forma: (i) R\$ 167 já recebidos até o final de março de 2026; e (ii) R\$ 33 a receber, condicionados ao cumprimento de condições precedentes para a transferência definitiva dos ativos. O impacto no resultado do período foi de R\$ 9 (R\$ 54 em 31 de dezembro 2025). Inicialmente, a transação contemplava 71 postos, porém (i) o posto do Galeão no Rio de Janeiro foi descontinuado e excluído do escopo da transação e; (ii) o posto de Teresina no Piauí também foi excluído do escopo da transação, no entanto, segue em operação pela Companhia até que a venda dos demais postos seja concretizada. Nenhuma das exclusões trazem impacto relevante nos valores acordados.

Os ativos líquidos e os passivos líquidos dos postos de combustíveis estão classificados como mantidos para venda, e o resultado operacional dos postos é apresentado como operação descontinuada, nos termos do CPC 31 / IFRS 5.

1.2 Venda da participação na FIC

Em 5 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato com o Itaú Unibanco Holding S.A. (“IUH”) para a alienação da totalidade das ações da Bellamar de sua titularidade. Com a conclusão dessa transação, a Companhia encerrará sua participação comercial com a Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (FIC).

O preço de venda acordado para as ações da Bellamar é de R\$ 260, a ser pago à vista na data de fechamento da operação (“Data de Fechamento”), condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias. O preço está sujeito a ajustes específicos a serem apurados entre a data de assinatura do contrato e a Data de Fechamento. A aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi obtida em 05 de janeiro de 2026. Até 31 de março de 2026, as demais condições precedentes ainda não foram atendidas.

Com a assinatura do contrato, a Companhia classificou o investimento na Bellamar como Ativo Mantido para Venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descontinuadas, tendo o referido investimento sido reclassificado para uma linha específica no balanço patrimonial. A Companhia avaliou que a alienação não caracteriza uma operação descontinuada e, portanto, os resultados da Bellamar não foram apresentados como tal.

Na data da classificação como ativo mantido para venda, no exercício de 2025, foi reconhecida no resultado uma perda no montante de R\$ 527, correspondente à diferença entre o valor justo do investimento e o preço de venda acordado. Adicionalmente, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R\$ 179, registrado com o objetivo de compensar o passivo de imposto de renda diferido constituído anteriormente na reavaliação a valor justo, considerando que a tributação do ganho ou perda ocorrerá por ocasião do fechamento da transação.

1.3 Processos arbitrais

1.3.1 Procedimento arbitral – pedido de constituição de garantias

A Sendas Distribuidora S.A. (“Sendas”) ajuizou “Medida Cautelar” com pedido liminar, em caráter antecedente à instauração de procedimento arbitral, requerendo, em síntese: (a) a indisponibilidade das ações de emissão da Companhia detidas, direta ou indiretamente, pelo acionista Casino Guichard Parracho (“Casino”) ou, alternativamente, que eventual alienação dessas ações fique condicionada ao depósito judicial do valor correspondente à eventual alienação ou à prestação de garantia idônea em favor da Companhia; e (b) que a Companhia apresente garantias suficientes para manter Sendas indene quanto a contingências tributárias da Companhia anteriores à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020. O juiz da 3ª Vara Empresarial do Estado de São Paulo proferiu decisão indeferindo, em sua integralidade, a tutela de urgência requerida por Sendas nos autos do procedimento cautelar pré-arbitral (“Medida Cautelar”) rejeitando, portanto, todos os pedidos apresentados, inclusive o de que a Companhia apresentasse garantias em valor correspondente às contingências tributárias da Companhia relativas ao período anterior à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020, bem como lista de bens livres de ônus de sua propriedade para fazer frente a potenciais novos débitos tributários. Neste ínterim, Sendas instaurou procedimento arbitral com mesmos pleitos da “Medida Cautelar”, o qual se encontra em curso, não havendo, até a presente data, decisão de mérito sobre as demandas nem sobre a eventual obrigação de constituição das garantias requeridas. A Companhia concluiu que, até o momento, não há efeitos contábeis que impactem as informações contábeis intermediárias.

1.3.2 Procedimento arbitral – IRPJ

A Companhia instaurou requerimento de arbitragem em face do acionista Casino com o objetivo de preservar os direitos e garantias da Companhia, relativamente a processos de cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ em relação aos anos calendários de 2007 e 2013, por conta de alegada dedução indevida de amortizações de ágio. A arbitragem ainda está em curso em fase inicial e a Companhia registrou em partes relacionadas (nota explicativa nº 12.2) o valor de R\$ 54 correspondente a despesas definitivas de uma das autuações. Os demais casos vinculados à discussão arbitral estão descritos na nota explicativa nº 20.2 e, até a presente data, não houve decisão sobre o mérito da demanda. Adicionalmente, a Companhia requereu medidas cautelares para impedir o Casino de vender sua participação remanescente de 22,5%, hoje seu único ativo no Brasil, como fundamento central o risco de tornar inexecutável qualquer condenação na sede da arbitragem.

1.3.3 Procedimentos arbitrais - Grupo Casas Bahia

A Companhia é parte em procedimentos arbitrais e processos relacionados às obrigações assumidas no âmbito de acordo de associação e a superveniências passivas decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e regulatórias da antiga Globex, atualmente parte do Grupo Casas Bahia S.A. (“GCB”). Adicionalmente, tramita procedimento arbitral relacionado ao saldo remanescente de indenização por perdas e danos. Os valores envolvidos encontram-se registrados no passivo ou provisionados contabilmente, conforme aplicável. Em março de 2026 a Companhia reconheceu créditos devidos a GCB no valor de R\$ 231, registrados na rubrica “Outros Passivos Circulantes”. Esses valores foram incluídos na recuperação extrajudicial da Companhia, nos termos e condições previstos no respectivo plano, conforme nota explicativa nº 1.4.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4 Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 10 de março de 2026, a Companhia comunicou ao mercado que, mediante aprovação unânime de seu Conselho de Administração, celebrou um plano de recuperação extrajudicial com determinados credores, nos termos da Lei nº 11.101/2005, que foi protocolado sob o nº 4036772-74.2026.8.26.0100. No dia seguinte, o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo deferiu o processamento do pedido de homologação do referido plano. Na mesma decisão, foi determinada a suspensão da exigibilidade dos créditos sujeitos ao plano até a decisão de homologação.

Estão sujeitos ao plano os créditos sem garantia, que não decorrem das operações correntes, no montante de R\$ 4.568. Não estão sujeitas aos efeitos do plano as obrigações operacionais correntes junto a fornecedores, clientes e parceiros, bem como as obrigações trabalhistas.

O acordo inicial foi celebrado com credores que representam aproximadamente 46% do total dos créditos sujeitos ao plano, equivalente a cerca de R\$ 2.100, percentual superior ao quórum mínimo legal de um terço, conforme previsto no art. 163, § 7º, da Lei nº 11.101/2005. O plano prevê a suspensão das obrigações junto aos credores sujeitos pelo prazo de 90 dias, período durante o qual a Companhia buscará a adesão dos demais credores para fins de homologação judicial. A Administração avalia que o processo de recuperação extrajudicial foi estruturado com o objetivo de preservar a continuidade das operações da Companhia, as quais permanecem em curso normal, sem impacto sobre as obrigações correntes não sujeitas ao plano.

Em 5 de Maio de 2026, a Companhia celebrou nova versão do seu plano de recuperação extrajudicial com credores representando 57,49% dos créditos sujeitos ao plano, o qual foi submetido à homologação judicial perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

1.5 Continuidade operacional

A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 1.437 durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026 e, nessa data-base, apresentava déficit de capital circulante líquido no montante de R\$ 3.970 e R\$ 3.910, individual e consolidado, respectivamente, decorrente, substancialmente, da reclassificação para o passivo circulante de empréstimos e financiamentos em razão do pedido de recuperação extrajudicial. Tais circunstâncias indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.4, em 5 de maio de 2026, a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado pela maioria dos credores, para ser homologado judicialmente, o qual encontra-se pendente na presente data. A efetiva homologação do referido plano irá endereçar simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo melhorando significativamente o capital circulante líquido.

Adicionalmente ao processo de reestruturação financeira, a Companhia vem implementando medidas voltadas à recomposição de sua liquidez e ao fortalecimento de sua estrutura de capital, incluindo a redução do custo financeiro, a otimização das despesas operacionais e a monetização de créditos tributários.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando a realização dos ativos e a liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Assim, não contemplam quaisquer ajustes relacionados à recuperabilidade e classificação dos ativos ou aos valores e prazos de liquidação dos passivos que poderiam ser requeridos caso a Companhia não fosse capaz de manter a continuidade de suas operações.

A Administração acompanha continuamente a evolução da posição de liquidez da Companhia, bem como a implementação das medidas previstas em seu processo de reestruturação, podendo adotar ações adicionais, conforme necessário.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Adicionalmente, são apresentadas de forma condizente com as normas aprovadas e expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhões de Reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2026.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos períodos da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias e nas informações contábeis intermediárias consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas materiais e práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na nota explicativa nº 3 e em cada uma das notas explicativas correspondentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 24 de fevereiro de 2026 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 24 de fevereiro de 2026, as novas normas vigentes foram avaliadas e não produziram efeitos nas informações contábeis intermediárias divulgadas, adicionalmente a Companhia não adotou antecipadamente as IFRS emitidas e ainda não vigentes.

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das informações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que demandem ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros.

As premissas e estimativas significativas usadas na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025 aprovadas em 24 de fevereiro de 2026, divulgadas na nota explicativa nº 5.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As informações detalhadas de caixa e equivalentes de caixa foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025 na nota explicativa nº 6.

6.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias – Brasil	50	69	53	69
Caixa e contas bancárias – Exterior	-	84	-	84
Aplicações financeiras – Brasil (*)	716	1.598	890	1.837
	766	1.751	943	1.990

(*) Em 31 de março de 2026, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 99,70% (98,77% em 31 de dezembro de 2025) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações Financeiras**7.1 Composição**

O montante registrado é de R\$ 24 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2025) referente ao CDB (Certificado de Depósito Bancário) remunerado a 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

8. Contas a receber

As informações detalhadas de contas a receber foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 8.

8.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Administradoras de cartões de crédito	26	38	26	39
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota 12.2)	3	5	3	5
Tickets de vendas e duplicatas a receber	91	125	176	210
Cartão benefício	4	6	4	6
Contas a receber de fornecedores	23	26	23	26
Provisão para perdas de crédito esperada	(1)	(1)	(1)	(1)
	146	199	231	285

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Consolidado					
	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.03.2026	232	212	8	6	3	3
31.12.2025	286	266	13	4	2	1

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outras contas a receber

As informações detalhadas de outras contas a receber foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 9.

9.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Contas a receber – GCB (*)	696	689	696	689
Contas a receber – Sendas (**)	5	115	5	115
Contas a receber por venda de sociedades	39	40	39	40
Aluguéis a receber	8	9	8	9
Venda de imóveis	5	10	7	10
Outras	45	46	46	47
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2)	(2)	(2)	(2)
Total	796	907	799	908
Circulante	44	69	47	70
Não circulante	752	838	752	838

(*) Valores a receber de GCB, subsidiária alienada em 2019, correspondentes, principalmente, ao direito do GPA de receber o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção do trânsito em julgado do processo, o GPA passou a ter direito aos créditos tributários relativos ao período de 2003 a 2010.

(**) A Companhia realizou a liquidação de contingências tributárias indenizatórias relativas ao Estado do Rio de Janeiro usufruindo dos benefícios da Lei Complementar nº 225/2025, regulamentada pelo Decreto nº 50.040/2025, utilizando ativos previamente registrados para quitação dessas obrigações. A operação caracterizou-se como liquidação recíproca de direitos e obrigações entre as partes, com efeitos reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoques

As informações detalhadas de estoques foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 10.

10.1 Composição

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Lojas	1.178	1.184
Centrais de distribuição	833	838
Perdas com obsolescência e quebras	(40)	(59)
	1.971	1.963

a) Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
No início do período	(59)	(61)
Adições/baixas/reversões	19	18
No final do período	(40)	(43)

11. Tributos a recuperar

As informações detalhadas de impostos a recuperar foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 11.

11.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
ICMS (a)	200	180	200	180
PIS e COFINS (b)	1.893	1.824	1.933	1.864
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (c)	195	227	198	230
Imposto de renda e contribuição social (d)	28	333	30	336
Outros	2	-	8	4
Total	2.318	2.564	2.369	2.614
Circulante	819	687	839	736
Não circulante	1.499	1.877	1.530	1.878

a) Créditos de ICMS

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, o qual foi elaborado considerando a expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados anualmente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em 31 de março de 2026, não foram necessárias quaisquer modificações nos planos anteriormente elaborados.

	Controladora e Consolidado
Em 1 ano	89
De 1 a 2 anos	45
De 2 a 3 anos	40
De 3 a 4 anos	26
	200

b) Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem (i) interpretação da legislação tributária, (ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, (iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e (iv) avaliação contábil sobre o tema.

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 1 ano	598	609
De 1 a 2 anos	590	619
De 2 a 3 anos	386	386
De 3 a 4 anos	249	249
Acima de 4 anos	70	70
	1.893	1.933

No contexto da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída por meio da Lei Complementar recentemente aprovada, passou a existir previsão legal para que tais saldos credores possam ser compensados com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no contexto da substituição dos tributos atuais pelo novo modelo tributário. Embora já tenham sido publicadas normas regulamentares iniciais sobre o tema, a Companhia ainda se encontra em processo de avaliação dos seus impactos, abrangência, requisitos operacionais, procedimentos, critérios e prazos aplicáveis à efetiva utilização desses créditos. Adicionalmente, determinadas definições práticas e interpretações ainda dependem de consolidações pelas autoridades competentes e/ou regulamentação complementar. Dessa forma, até a conclusão dessas análises, a Companhia mantém os créditos registrados no ativo, acompanhando a evolução da regulamentação aplicável e avaliando as alternativas de monetização, inclusive por meio de compensação com tributos federais, quando atendidos os requisitos legais e normativos aplicáveis.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui créditos tributários contingentes decorrentes da apuração de PIS e COFINS relacionados às suas operações com bebidas frias. Considerando o estágio atual de consolidação do entendimento sobre o tema, tais créditos foram classificados como ativo contingente, nos termos do CPC 25/ IAS 37, não tendo sido reconhecidos no balanço patrimonial nem no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor aproximado de R\$ 350. Eventual efeito no resultado ocorrerá somente quando atendidos os critérios previstos na norma aplicável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Créditos de INSS

Em 25 de junho de 2025 houve a certificação do trânsito em julgado da ação ajuizada pela Companhia que pleiteava a não incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia habilitou seus créditos e segue compensando os valores de acordo com os limites de compensações impostos pelo fisco federal. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$ 126 em 31 de março de 2026 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2025).

d) Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2026, a Companhia revisou as premissas utilizadas na mensuração de ativos fiscais relacionados a tributos incidentes sobre operações no exterior, à luz de informações atualizadas e da melhor estimativa de realização desses créditos. Como resultado dessa reavaliação, considerando as práticas e apurações fiscais aplicáveis nas respectivas jurisdições, a Companhia reconheceu uma redução no valor desses ativos no montante de R\$ 299.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas**12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento**

As despesas do período relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social, o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Salário base		Benefícios diretos e indiretos		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações (Nota 23)		Total	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Conselho de Administração (*)	2.013	2.807	-	-	-	-	-	-	2.013	2.807
Diretoria (**)	1.951	2.184	38	289	2.344	3.128	1.883	3.296	6.216	8.897
Conselho Fiscal	162	-	-	-	-	-	-	-	162	-
	4.126	4.991	38	289	2.344	3.128	1.883	3.296	8.391	11.704

(*) As remunerações dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Auditoria, Financeiro, Gestão e Jurídico) estão inclusas nesta linha.

(**) Inclui custas rescisórias.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia, suas subsidiárias e outras entidades relacionadas, e são contabilizadas de acordo com os preços, termos e condições pactuados entre as partes.

	Controladora									
	Saldos								Transações	
	Cientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.03.2025
<u>Controladas:</u>										
Novasoc Comercial	-	-	13	8	-	-	-	-	-	-
Stix	-	-	-	-	1	-	-	-	(14)	(30)
GPA Logística	-	-	-	-	39	37	20	19	-	-
GPA2	-	-	3	2	-	-	245	206	-	-
<u>Coligadas:</u>										
FIC	3	5	1	3	1	1	-	-	2	9
<u>Outras Partes Relacionadas:</u>										
Grupo Casino (*)	-	-	54	54	-	-	-	-	-	(1)
Outros	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Total	3	5	71	69	41	38	265	225	(12)	(22)

(*) O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente. O valor de R\$ 54 refere-se ao valor indenizatório a receber decorrente substancialmente da adesão, em abril de 2025, ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Saldos						Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Receitas (Despesas)	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.03.2025
<u>Coligadas:</u>								
FIC	3	5	1	3	1	1	2	9
<u>Outras partes relacionadas:</u>								
Grupo Casino (*)	-	-	54	54	-	-	-	(1)
Outros	-	-	-	2	-	-	-	-
Total	3	5	55	59	1	1	2	8

(*) O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente. O valor de R\$ 54 refere-se ao valor indenizatório a receber decorrente substancialmente da adesão, em abril de 2025, ao programa instituído pela Lei n° 14.689/2023.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas**13.1 Movimentação dos investimentos**

	Controladora			
	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2025	-	238	153	391
Equivalência patrimonial	16	4	5	25
Dividendos	(48)	-	-	(48)
Ativo mantido para venda	32	-	-	32
Saldo em 31.03.2026	-	242	158	400

	Controladora			
	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2024	804	362	168	1.334
Equivalência patrimonial	17	7	4	28
Dividendos e juros s/ capital próprio	(17)	-	-	(17)
Outros	-	-	(8)	(8)
Saldo em 31.03.2025	804	369	164	1.337

	Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025
No início do período	-	804
Equivalência patrimonial	16	17
Dividendos	(48)	(17)
Ativo mantido para venda	32	-
No fim do período	-	804

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

As informações detalhadas de imobilizado foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 14.

14.1 Composição

	Controladora							Saldo em: 31.03.2026
	Saldo em: 31.12.2025	Adições	Remen- suração	Impairment (**)	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	
Terrenos	193	-	-	-	-	-	(7)	186
Edifícios	193	-	-	-	(2)	(36)	(2)	153
Benfeitorias em imóveis	1.370	9	-	-	(36)	(15)	(2)	1.326
Máquinas e equipamentos	852	11	-	(6)	(41)	(1)	19	834
Instalações	89	1	-	-	(3)	-	1	88
Móveis e utensílios	277	1	-	-	(13)	-	1	266
Imobilizado em andamento	25	38	-	-	-	-	(42)	21
Outros	27	-	-	-	(2)	-	(1)	24
Total	3.026	60	-	(6)	(97)	(52)	(33)	2.898
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.108	-	55	(21)	(112)	-	13	3.043
	3.108	-	55	(21)	(112)	-	13	3.043
Total	6.134	60	55	(27)	(209)	(52)	(20)	5.941

(*) R\$ (12) foram transferidos para intangíveis, R\$ (1) para conta corrente de seguro e R\$ (7) para ativo mantido para a venda (nota explicativa nº 31).

(**) A Companhia monitorou o plano utilizado para avaliação do *impairment* em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que ocorreram alterações que denotavam indicativos de perda ou necessidade de uma nova avaliação em 31 de março de 2026 e complementou a provisão no montante de R\$ 27.

	Controladora						Saldo em: 31.03.2025
	Saldo em: 31.12.2024	Adições	Remen- suração	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	
Terrenos	189	-	-	-	-	-	189
Edifícios	199	1	-	(2)	-	-	198
Benfeitorias em imóveis	1.304	17	-	(37)	-	43	1.327
Máquinas e equipamentos	901	30	-	(42)	(9)	15	895
Instalações	86	2	-	(4)	-	8	92
Móveis e utensílios	305	10	-	(13)	-	-	302
Imobilizado em andamento	61	51	-	-	-	(70)	42
Outros	30	17	-	(3)	-	(15)	29
Total	3.075	128	-	(101)	(9)	(19)	3.074
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Edifícios	3.067	36	99	(107)	(6)	-	3.089
	3.067	36	99	(107)	(6)	-	3.089
Total	6.142	164	99	(208)	(15)	(19)	6.163

(*) R\$ (19) foram transferidos para intangíveis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	Saldo em 31.03.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	186	-	186	193	-	193
Edifícios	320	(167)	153	358	(165)	193
Benfeitorias em imóveis	2.851	(1.525)	1.326	2.870	(1.500)	1.370
Máquinas e equipamentos	2.533	(1.699)	834	2.553	(1.701)	852
Instalações	370	(282)	88	369	(280)	89
Móveis e utensílios	919	(653)	266	933	(656)	277
Imobilizado em andamento	21	-	21	25	-	25
Outros	129	(105)	24	131	(104)	27
Total	7.329	(4.431)	2.898	7.432	(4.406)	3.026
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.824	(3.781)	3.043	6.758	(3.650)	3.108
	6.824	(3.781)	3.043	6.758	(3.650)	3.108
Total	14.153	(8.212)	5.941	14.190	(8.056)	6.134

	Consolidado							Saldo em: 31.03.2026
	Saldo em: 31.12.2025	Adições	Remen- suração	Impairment (**)	Deprecia- ção	Baixas	Transferências (*)	
Terrenos	193	-	-	-	-	-	(7)	186
Edifícios	193	-	-	-	(2)	(36)	(2)	153
Benfeitorias em imóveis	1.372	9	-	-	(37)	(15)	(3)	1.326
Máquinas e equipamentos	852	11	-	(6)	(41)	(1)	19	834
Instalações	89	1	-	-	(3)	-	1	88
Móveis e utensílios	277	1	-	-	(13)	-	1	266
Imobilizações em andamento	25	38	-	-	-	-	(42)	21
Outros	26	-	-	-	(2)	-	-	24
Total	3.027	60	-	(6)	(98)	(52)	(33)	2.898
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.109	-	55	(21)	(112)	-	13	3.044
	3.109	-	55	(21)	(112)	-	13	3.044
Total	6.136	60	55	(27)	(210)	(52)	(20)	5.942

(*) R\$ (12) foram transferidos para intangíveis, R\$ (1) para conta corrente de seguro e R\$ (7) para ativo mantido para venda (nota explicativa nº 31).

(**) A Companhia monitorou o plano utilizado para avaliação do *impairment* em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que ocorreram alterações que denotavam indicativos de perda ou necessidade de uma nova avaliação em 31 de março de 2026 e complementou a provisão no montante de R\$ 27.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Saldo em: 31.03.2025
	Saldo em: 31.12.2024	Adições	Remensuração	Depreciação	Baixas	Transferências (*)	
Terrenos	192	-	-	-	-	-	192
Edifícios	198	1	-	(2)	-	-	197
Benfeitorias em imóveis	1.305	17	-	(37)	-	43	1.328
Máquinas e equipamentos	901	31	-	(42)	(9)	15	896
Instalações	86	2	-	(4)	-	8	92
Móveis e utensílios	305	10	-	(13)	-	-	302
Imobilizações em andamento	61	51	-	-	-	(70)	42
Outros	30	16	-	(2)	-	(15)	29
Total	3.078	128	-	(100)	(9)	(19)	3.078
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Edifícios	3.068	36	99	(107)	(7)	-	3.089
Total	6.146	164	99	(207)	(16)	(19)	6.167

(*) R\$ (19) foram transferidos para intangíveis.

	Consolidado					
	Saldo em 31.03.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	186	-	186	193	-	193
Edifícios	320	(167)	153	357	(164)	193
Benfeitorias em imóveis	2.849	(1.523)	1.326	2.868	(1.496)	1.372
Máquinas e equipamentos	2.533	(1.699)	834	2.552	(1.700)	852
Instalações	370	(282)	88	368	(279)	89
Móveis e utensílios	919	(653)	266	933	(656)	277
Imobilizado em andamento	21	-	21	25	-	25
Outros	128	(104)	24	130	(104)	26
Total	7.326	(4.428)	2.898	7.426	(4.399)	3.027
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.827	(3.783)	3.044	6.761	(3.652)	3.109
Total	14.153	(8.211)	5.942	14.187	(8.051)	6.136

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Adições (i)	60	164	60	164
Arrendamento	-	(36)	-	(36)
Juros capitalizados	-	(1)	-	(1)
Financiamento de imobilizado – Adições (ii)	(41)	(107)	(41)	(107)
Financiamento de imobilizado – Pagamentos (ii)	49	137	49	137
Total	68	157	68	157

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais para modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.3 Outras Informações

Em 31 de março de 2026, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de março de 2025), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações das centrais de distribuição.

15. Intangível

As informações detalhadas de intangível foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 15.

15.1 Composição

	Controladora						Saldo 31.03.2026
	Saldo 31.12.2025	Adições	Remensu- ração	Amortização	Baixas	Transfe- rências	
Ágio	482	-	-	-	-	-	482
Fundo de comércio	45	-	-	-	(17)	-	28
Softwares e implantação (*)	750	13	-	(66)	(348)	12	361
	1.277	13	-	(66)	(365)	12	871
Arrendamento – direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça (**)	279	-	-	(3)	(276)	-	-
	279	-	-	(3)	(276)	-	-
Total	1.556	13	-	(69)	(641)	12	871

(*) Tendo em vista o processo de simplificação e otimização de seus aplicativos de tecnologia em curso, aliado a mudanças ocorridas no negócio, bem como ambiente tributário – especialmente em virtude da implementação da reforma tributária, a Companhia procedeu à revisão da vida útil estimada de amortização de tais intangíveis, como resultado dessa avaliação, foram identificados projetos com obsolescência técnica, os quais foram integralmente baixados.

(**) Valores vinculados ao direito de uso do fundo de comércio de determinadas lojas e baixados como consequência do acordo celebrado entre a Companhia e o Paes Mendonça S/A.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				
	Saldo 31.12.2024	Adições	Amortização	Transferências	Saldo 31.03.2025
Ágio	482	-	-	-	482
Fundo de comércio	50	3	-	-	53
Softwares e implantação	859	27	(67)	19	838
	1.391	30	(67)	19	1.373
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>					
Direito de uso Paes Mendonça	286	-	(6)	-	280
	286	-	(6)	-	280
Total	1.677	30	(73)	19	1.653

	Controladora					
	Saldo em 31.03.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	482	-	482	482	-	482
Fundo de comércio	28	-	28	45	-	45
Softwares e implantação	1.546	(1.185)	361	1.870	(1.120)	750
	2.056	(1.185)	871	2.397	(1.120)	1.277
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça	-	-	-	527	(248)	279
	-	-	-	527	(248)	279
Total	2.056	(1.185)	871	2.924	(1.368)	1.556

	Consolidado						
	Saldo 31.12.2025	Adições	Remen- suração	Amortiza- ção	Baixas	Transfe- rências	Saldo 31.03.2026
Ágio	504	-	-	-	-	-	504
Fundo de comércio	45	-	-	-	(18)	-	27
Softwares e implantação (*)	795	19	-	(70)	(348)	12	408
	1.344	19	-	(70)	(366)	12	939
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
<u>USO:</u>							
Direito de uso Paes Mendonça (**)	279	-	-	(3)	(276)	-	-
	279	-	-	(3)	(276)	-	-
Total	1.623	19	-	(73)	(642)	12	939

(*) Tendo em vista o processo de simplificação e otimização de seus aplicativos de tecnologia em curso, aliado a mudanças ocorridas no negócio, bem como ambiente tributário – especialmente em virtude da implementação da reforma tributária, a Companhia procedeu à revisão da vida útil estimada de amortização de tais intangíveis, como resultado dessa avaliação, foram identificados projetos com obsolescência técnica, os quais foram integralmente baixados.

(**) Valores vinculados ao direito de uso de determinadas lojas e baixados como consequência do acordo celebrado entre a Companhia e o Paes Mendonça S/A.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo 31.12.2024	Adições	Amortização	Transferências	Saldo 31.03.2025
Ágio	504	-	-	-	504
Fundo de comércio	50	3	-	-	53
Software	904	31	(72)	19	882
	1.458	34	(72)	19	1.439
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>					
Direito de uso Paes Mendonça	286	-	(6)	-	280
	286	-	(6)	-	280
Total	1.744	34	(78)	19	1.719

	Consolidado					
	Saldo em 31.03.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	504	-	504	504	-	504
Fundo de comércio	27	-	27	45	-	45
Direitos contratuais	2	(2)	-	2	(2)	-
Software	1.662	(1.254)	408	1.980	(1.185)	795
	2.195	(1.256)	939	2.531	(1.187)	1.344
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça	-	-	-	527	(248)	279
	-	-	-	527	(248)	279
Total intangível	2.195	(1.256)	939	3.058	(1.435)	1.623

15.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O ágio e os ativos intangíveis foram submetidos a testes de recuperação em 31 de dezembro de 2025, segundo o método descrito na nota explicativa nº 15.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de março de 2026 a Companhia monitorou as premissas e projeções consideradas no teste de recuperabilidade realizado em 31 de dezembro de 2025 e, exceto para os saldos mencionados na nota 14.1, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de provisão de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos**16.1 Composição**

	Taxa média ponderada	Controladora e Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025
<u>Debêntures e Certificados de recebíveis imobiliários</u>			
Debêntures e Certificados de recebíveis imobiliários (nota 16.4)	CDI + 1,67% a.a.	2.735	2.670
		2.735	2.670
<u>Empréstimos e financiamentos</u>			
<u>Em moeda local</u>			
Capital de giro	CDI + 2,49% a.a.	437	425
Capital de giro	TR + 9,80%	2	2
		439	427
<u>Em moeda estrangeira</u>			
Capital de giro	EUR + 4,41% a.a.	929	1.005
Contratos de <i>swap</i> (nota 17.7)	CDI + 1,79% a.a.	70	(36)
		999	969
Total		4.173	4.066
Ativo não circulante		-	36
Passivo circulante		4.173	1.700
Passivo não circulante		-	2.402

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, em março de 2026 a Companhia protocolou plano de recuperação extrajudicial. Em decorrência do pedido de recuperação extrajudicial, as dívidas financeiras foram consideradas vencidas antecipadamente para fins de divulgação. Até a presente data, o plano não foi homologado, motivo pelo qual os saldos de empréstimos e debêntures foram reclassificados para o passivo circulante nas demonstrações contábeis intermediárias. A Administração entende que eventuais alterações nas condições originalmente contratadas, decorrentes da eventual homologação do plano, poderão resultar em reclassificações contábeis e/ou reconhecimento de novos termos e condições a serem avaliados de acordo com o CPC 48/ IFRS 9.

16.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	4.066
Provisão de juros	130
Contrato Derivativos	91
Variação cambial e monetária	(69)
Custo de captação	3
Amortizações de juros	(48)
Em 31 de março de 2026	4.173

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	4.022
Captações	469
Provisão de juros	129
Contrato derivativos	18
Marcação a mercado	(6)
Variação cambial e monetária	(21)
Custo de captação	4
Amortizações de juros	(53)
Em 31 de março de 2025	4.562

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Debêntures e certificados de recebíveis imobiliários

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em Reais)	Controladora e Consolidado	
						31.03.2026	31.12.2025
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 1ª série	Sem preferência	980	852.670	CDI + 1,70% a.a.	531	452	436
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 2ª série	Sem preferência	520	520.000	CDI + 1,95% a.a.	1.062	552	532
19ª Emissão de Debêntures CRI 1ª Série - CBD	Sem preferência	377	376.616	CDI + 1,00% a.a.	1.019	384	399
19ª Emissão de Debêntures CRI 2ª Série - CBD	Sem preferência	123	123.384	CDI + 1,20% a.a.	1.508	186	179
20ª Emissão de Debêntures CBD - 2ª Série	Sem preferência	758	758.316.316	CDI + 1,65% a.a.	1	923	889
20ª Emissão de Debêntures CBD - 3ª Série	Sem preferência	250	250.000	CDI + 2,50% a.a.	1.014	254	254
Custo de captação						(16)	(19)
						2.735	2.670
Passivo circulante						2.735	1.476
Passivo não circulante						-	1.194

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.4 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de março de 2026, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (Euro) que, originalmente, foram contratados para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento. A variação cambial desses empréstimos é protegida através da contratação de instrumentos financeiros derivativos.

16.5 Garantias

A Companhia não oferece garantias relevantes para seus contratos de empréstimos.

16.6 Contratos de Swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em Euro e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em 31 de março de 2026 foi de 14,79% (14,32% em 31 de dezembro de 2025).

16.7 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias, bem como com determinadas operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia está sujeita ao cumprimento de cláusulas restritivas financeiras (“*covenants*”).

Para fins contratuais, é aplicado o índice de dívida líquida consolidada/ “EBITDA Consolidado”, inferior a um limite que evolui ao longo do tempo (de 3,75x a 3,25x). O “EBITDA Consolidado” corresponde ao resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, ajustado pelos seguintes itens: (1) parcelamento de impostos e contingências tributárias; (2) resultado com ativo imobilizado; (3) depreciação e amortização; (4) depreciação e amortização (Logística); e (5) pagamentos de passivo de arrendamento e juros.

O referido índice é apurado trimestralmente com base nas informações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de março de 2026, em decorrência do plano de recuperação extrajudicial descrito na nota explicativa nº 1.4, a mensuração e a exigibilidade dessas obrigações estão sujeitas às condições estabelecidas no referido plano, incluindo a suspensão do cumprimento dos *covenants* contratuais, conforme aplicável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros

As informações detalhadas de instrumentos financeiros foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 18.

17.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	766	1.751	943	1.990
Partes relacionadas	71	69	55	59
Outros ativos (aplicações financeiras)	24	24	24	24
Contas a receber e outras contas a receber	918	1.053	1.006	1.140
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros - Hedge de valor justo	-	36	-	36
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	24	53	24	53
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas	(265)	(225)	-	-
Fornecedores	(2.344)	(2.933)	(2.419)	(3.014)
Fornecedores Convênio	(20)	(382)	(20)	(382)
Financiamento por compra de ativo	(73)	(80)	(73)	(80)
Debêntures e notas promissórias	(2.735)	(2.670)	(2.735)	(2.670)
Empréstimos e financiamentos	(439)	(427)	(439)	(427)
Passivo de arrendamento	(4.194)	(4.369)	(4.195)	(4.370)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de <i>hedge accounting</i>)	(929)	(1.005)	(929)	(1.005)
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo	(70)	-	(70)	-

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos são equivalentes aos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota explicativa nº 17.4.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de gestão de capital

O principal objetivo da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma adequada estrutura de capital e de uma classificação de crédito compatível, de forma a suportar a continuidade e o desenvolvimento de seus negócios, bem como maximizar o valor aos acionistas. Para tanto, a Companhia monitora e administra sua estrutura de capital, ajustando-a, quando necessário, em função de mudanças nas condições econômicas, financeiras e de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2026. A estrutura de capital alinhada com os índices financeiros está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	766	1.751	943	1.990
Contas a receber	146	199	231	285
Instrumentos financeiros derivativos	(70)	36	(70)	36
Empréstimos e financiamentos	(4.103)	(4.102)	(4.103)	(4.102)
Dívida líquida	(3.261)	(2.116)	(2.999)	(1.791)
Patrimônio líquido	(662)	(2.106)	(682)	(2.124)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	493%	100%	440%	84%

(ii) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil passivo financeiro da Companhia nos vencimentos, não considerando o fluxo de caixa descontado em 31 de março de 2026.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.173	-	-	4.173
Passivo de arrendamento	982	3.199	3.156	7.337
Outros Passivos	685	90	-	775
Fornecedores	2.344	-	-	2.344
Fornecedores convênio	20	-	-	20
Total	8.204	3.289	3.156	14.649

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	4.173	-	-	4.173
Passivo de arrendamento	983	3.199	3.156	7.338
Outros Passivos	685	90	-	775
Fornecedores	2.419	-	-	2.419
Fornecedores Convênio	20	-	-	20
Total	8.280	3.289	3.156	14.725

As informações acima foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no período findo em 31 de março de 2026. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

(iii) Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "forfait" / "confirming" / "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no CPC3(R2)/ IAS7 e CPC40(R1)/ IFRS7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

A Companhia tem o direito de receber um prêmio pela indicação dos fornecedores para essas operações de antecipação de títulos, a qual é reconhecida diretamente ao resultado, no valor de R\$ 1 em 31 de março de 2026 (R\$ 4 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R\$ 20 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2025).

Os saldos de Fornecedores e Fornecedores – Convênio, são similares, sendo 52 dias o prazo de vencimento em 31 de março de 2026.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
<u>Swap com contabilização de hedge</u>					
	Objeto de <i>hedge</i> (dívida)	959	959	931	1.007
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
	Taxa prefixada TR + 9,80%	21	21	2	2
	EUR + fixa EUR + 4,41% a.a.	938	938	929	1.005
		959	959	931	1.007
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	Taxa prefixada CDI + 1,79% a.a.	(959)	(959)	(1.001)	(971)
	Posição de <i>hedge</i> - ativo	-	-	-	36
	Posição de <i>hedge</i> - passivo	-	-	(70)	-
	Posição de <i>hedge</i> líquida	-	-	(70)	36

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o período findo em 31 de março de 2026 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$ 70 (a receber de R\$ 36 em 31 de dezembro de 2025), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

(v) Outros riscos de liquidez

Em função das operações de reestruturação societárias envolvendo Sendas e GCB, bem como da operação de arrendamento de estabelecimentos comerciais contratada junto ao Grupo Paes Mendonça em 1999, é possível que terceiros demandem a Companhia em relação a contingências daquelas sociedades com base em alegações de solidariedade ou sucessão. A Companhia monitora questões conexas a esse tema em conjunto com assessores jurídicos externos, as contingências em discussão estão mencionadas na nota explicativa nº 20.

17.3 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de juros ponderada foi de 14,14% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.03.2026	Projeção da Sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,13% a.a.	(2)	(1)	(1)	(1)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	CDI + 1,79% a.a.	(997)	(146)	(159)	(134)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,67% a.a.	(2.735)	(385)	(419)	(351)
Empréstimos bancários	CDI + 2,49% a.a.	(437)	(68)	(73)	(62)
Caixa e equivalentes de caixa (*)	99,70% do CDI	890	123	135	110
Aplicações Financeiras (*)	99,70% do CDI	26	4	4	3
Exposição líquida e efeitos no resultado:		(3.255)	(473)	(513)	(435)

(*) média ponderada

17.4 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e daqueles mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem de seus respectivos valores contábeis, em conformidade com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, que estabelece os conceitos de mensuração e os requerimentos de divulgação aplicáveis.

Os valores justos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar a Fornecedores são considerados equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão da curta maturidade desses instrumentos.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, bem como dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado nas demonstrações financeiras.

	Valor contábil e Valor Justo 31.03.2026	Nível
<u>Ativos e passivos financeiros</u>		
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	24	2
Swap de taxa de juros entre moedas	(70)	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo) (*)	(929)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(3.174)	2
Total	(4.149)	

(*) As premissas utilizadas no cálculo do valor justo estão descritas na nota explicativa 18.4 nas demonstrações financeiras anuais de 2025

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras são classificados no Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período findo em 31 de março de 2026.

17.5 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Efetivação	Vencimento	Consolidado		
				31.03.2026	31.12.2025	
<u>Dívida</u>						
EUR - BRL	EUR 75 milhões	R\$ 469 milhões	19/03/2025	17/03/2028	(47)	9
EUR - BRL	EUR 75 milhões	R\$ 469 milhões	28/11/2025	03/07/2028	(23)	27
Total					(70)	36

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de março de 2026 resultaram em uma perda de R\$ 96 (perda de R\$ 71 em 31 de dezembro de 2025).

18. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As informações detalhadas de impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 19.

18.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Impostos parcelados - PERT e transação por adesão (i)	91	99	91	99
IPI Parcelado (ii)	17	18	17	18
ICMS Parcelado (iii)	209	-	209	-
Acordo Paulista - Lei nº 17.843/2023 (iv)	634	631	634	631
Acordo Rio de Janeiro - Decreto nº 50.040/2025	5	-	5	-
ICMS	208	214	210	216
Outros	10	11	12	14
	1.174	973	1.178	978
Circulante	440	350	444	355
Não circulante	734	623	734	623

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (a) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (b) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF. O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento. No segundo trimestre de 2025, a Companhia incluiu débitos relacionados a contribuição previdenciária sobre PLR conforme condições descritas no Edital de Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica nº 27/2025, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que seguem: redução de 65% sobre o valor total do débito, utilização de prejuízo fiscal/base de cálculo negativa em até 30% sobre o saldo remanescente após o desconto, pagamento de entrada de 30%, e quitação do valor restante em 12 parcelas.

(ii) A Companhia decidiu incluir débitos de IPI no Programa de Autorregularização (instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168, de 28 de dezembro de 2023) que concedeu benefícios como redução de multas e juros, além de possibilidade de pagamento com utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como, parcelamento em até 48 vezes. Os ganhos oriundos destes descontos não serão tributados pelo IRPJ/CSLL/PIS/COFINS conforme disposto na legislação.

(iii) A Companhia realizou o parcelamento ordinário de valores de ICMS declarados e não inscritos em Dívida Ativa, devidos aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos termos da legislação de cada um deles, respectivamente: (i) Resolução Conjunta SFP/PGE nº 02/2021 e (ii) Decreto nº 44.007/2012 e Resolução SEFAZ nº 680/2013.

(iv) A Companhia aderiu ao programa de quitação de débitos de ICMS do governo do Estado de São Paulo (“Acordo Paulista”), conforme edital PGE/Transação nº 01/2024, previsto no artigo 43 da Lei nº 17.843/2023. O acordo tem como objetivo a regularização voluntária pelos contribuintes, reduzindo discussões judiciais, com a concessão de benefícios para o pagamento dos débitos que se encontram na dívida ativa do Estado de São Paulo. Os principais benefícios são: (i) desconto de 100% dos juros incorridos; (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal; e (iii) pagamento dos débitos em 120 parcelas mensais corrigidas pela taxa SELIC. Após análise individual dos processos judiciais, considerando riscos e benefícios, a Companhia optou pela adesão ao acordo no montante de R\$ 3,6 bilhões, correspondente substancialmente à totalidade dos débitos elegíveis, resultando em uma redução aproximada de 80% do valor original. O valor do passivo reconhecido na data de adesão foi de R\$ 791.

18.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir

<u>Em</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	109
De 2 a 3 anos	106
De 3 a 4 anos	89
De 4 a 5 anos	85
Acima de 5 anos	345
	734

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

As informações detalhadas de imposto de renda e contribuição social foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 20.

19.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Imposto de renda e contribuição social incertos (ICPC 22)	49	48	52	53
Programa de autorregularização	43	46	43	46
Total	92	94	95	99
Circulante	19	18	22	23
Não circulante	73	76	73	76

19.2 Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao IFRIC23/ ICPC22 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, o GPA possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como chance de êxito maior que a chance de não êxito da causa (*more likely than not*).

A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, subvenção para investimento, lucros auferidos no exterior, momento da tributação do indébito tributário, entre outros de menor expressão classificados com probabilidade de perdas possíveis por assessores jurídicos e, portanto, não provisionadas. No 4º trimestre de 2025, a Companhia recebeu dois autos, relacionados, principalmente, a subvenção para investimento e lucros auferidos no exterior, temas já autuados anteriormente e momento da tributação do indébito tributário. O montante envolvido nessas contingências totaliza R\$ 2.456 em 31 de março de 2026 (R\$ 2.403 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia possui processos judiciais e administrativos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ e CSLL, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. Caso a Companhia venha a ser demandada a pagar tais diferenças, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia terá o direito de ser indenizada por Península Participações S.A. e Casino Guichard Perrachon S.A. O valor envolvido é de R\$ 1.951 em 31 de março de 2026 (R\$ 1.923 em 31 de dezembro de 2025). A redução de contingências se dá substancialmente pela adesão em abril de 2025 ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023, para um de seus processos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(760)	285	(753)	279
Crédito de IR e CSLL	258	97	256	94
Multas fiscais indedutíveis	(1)	(2)	(1)	(2)
Equivalência patrimonial	9	10	5	6
Juros SELIC decorrentes de indêbitos tributários	5	7	5	7
IRPJ e CSLL diferidos não constituído sobre Prejuízo fiscal e Base negativa (*)	(268)	86	(268)	86
Créditos Tributários (**)	(588)	-	(588)	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(1)	(6)	(1)	(4)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(586)	192	(592)	187
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Correntes	(589)	(3)	(593)	(7)
Diferidos	3	195	1	194
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(586)	192	(592)	187
Taxa efetiva	-77,11%	67,37%	-78,62%	67,03%

(*) Em 31 de março de 2026, a Administração revisou a viabilidade de realização do ativo fiscal diferido, considerando a geração provável de lucros tributáveis e a possibilidade de uso desses créditos como meio de pagamento na liquidação de débitos tributários federais, conforme previsto na legislação atual e transações precedentes realizadas pela Companhia. Com base nessa avaliação, não foram reconhecidos, no período, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(**) Refere-se a baixa de créditos de imposto de renda no exterior anteriormente registrados para compensação futura (nota 11) e ajuste da apuração do 1º trimestre de 2022.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.4 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	1.125	-	1.125	1.149	-	1.149
Provisão para demandas judiciais	675	-	675	707	-	707
Amortização fiscal de ágio	-	(186)	(186)	-	(188)	(188)
Ajuste a marcação a mercado	26	-	26	-	(6)	(6)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(59)	(59)	-	(84)	(84)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(278)	(278)	-	(284)	(284)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.387	(1.039)	348	1.467	(1.123)	344
Outros	23	-	23	33	-	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.236	(1.562)	1.674	3.356	(1.685)	1.671
Compensação	(1.562)	1.562	-	(1.685)	1.685	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.674	-	1.674	1.671	-	1.671

(*) O montante de R\$1.125 é composto por R\$2.674 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.549) referente ao registro de impostos não reconhecidos, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

	Consolidado					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	1.146	-	1.146	1.172	-	1.172
Provisão para demandas judiciais	677	-	677	709	-	709
Amortização fiscal de ágio	-	(186)	(186)	-	(188)	(188)
Ajuste a marcação a mercado	26	-	26	-	(6)	(6)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(59)	(59)	-	(84)	(84)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(282)	(282)	-	(289)	(289)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.387	(1.039)	348	1.467	(1.123)	344
Outras	22	-	22	33	-	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.258	(1.566)	1.692	3.381	(1.690)	1.691
Compensação	(1.566)	1.566	-	(1.690)	1.690	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.692	-	1.692	1.691	-	1.691

(*) O montante de R\$1.146 é composto por R\$2.695 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.549) referente ao registro de impostos não reconhecidos, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano (*)	574	574
De 1 a 2 anos	17	17
De 2 a 3 anos	90	90
De 3 a 4 anos	107	107
De 4 a 5 anos	118	118
Acima de 5 anos	768	786
	1.674	1.692

(*) A Companhia espera recuperar esses créditos com base na sua capacidade provável de geração de lucros tributáveis futuros e na possibilidade de sua utilização na liquidação de débitos tributários federais, conforme previsto na legislação vigente e em experiências anteriores de compensação já realizadas pela própria Companhia.

19.5 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>
No início do período	1.671	1.157	1.691	1.184
Crédito (despesa) no período – Operações continuadas	3	195	1	194
Outros	-	9	-	8
No final do período	1.674	1.361	1.692	1.386

20. Provisão para demandas judiciais

As informações detalhadas de provisão para demandas judiciais foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 21.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia, em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos, sendo fixada em montante considerado suficiente para cobrir as perdas classificadas como prováveis.

20.1 Composição

a) Controladora

	<u>Tributárias</u>	<u>Previdenciárias e trabalhistas</u>	<u>Cíveis e Regulatórias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	901	832	324	2.057
Adições	174	70	29	273
Pagamentos	(150)	(101)	(41)	(292)
Reversões	-	(9)	(13)	(22)
Transferências	(12)	-	(57)	(69)
Atualização monetária	19	20	12	51
Saldo em 31 de março de 2026	932	812	254	1.998

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	842	267	2.038
Adições	-	136	32	168
Pagamentos	(51)	(198)	(32)	(281)
Reversões	-	(22)	(5)	(27)
Atualização monetária	14	20	13	47
Saldo em 31 de março de 2025	892	778	275	1.945

b) Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	901	836	325	2.062
Adições	174	70	29	273
Pagamentos	(150)	(101)	(41)	(292)
Reversões	-	(10)	(13)	(23)
Transferências	(12)	-	(57)	(69)
Atualização monetária	19	20	14	53
Saldo em 31 de março de 2026	932	815	257	2.004

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	845	268	2.042
Adições	-	136	32	168
Pagamentos	(51)	(198)	(32)	(281)
Reversões	-	(22)	(5)	(27)
Atualização monetária	14	20	13	47
Saldo em 31 de março de 2025	892	781	276	1.949

20.2 Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por determinação legal, à atualização monetária mensal, a qual consiste no ajuste do valor das provisões com base nos indexadores aplicáveis em cada jurisdição fiscal. Os encargos de juros e as multas, quando aplicáveis, são calculados e provisionados sobre os montantes em aberto.

Assuntos tributários

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de março de 2026 é de R\$ 40 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2025).

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise dos nossos consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido; (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU e; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de março de 2026 para esses assuntos é R\$ 892 (R\$ 862 em 31 de março de 2025).

Indenizatório com Sendas Distribuidora S.A.

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas anteriores a atividade do Assaí. Em 31 de março de 2026 o valor total é de R\$ 31, sendo que R\$ 4 processos tributários, R\$ 7 trabalhistas e R\$ 20 cíveis (R\$ 31, sendo que de processos tributários é R\$ 4, trabalhista R\$ 8 e cível R\$ 19 em 31 de dezembro de 2025).

20.3 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em diversos processos trabalhistas, os quais decorrem, principalmente, de horas extras e adicional de insalubridade. Em 31 de março de 2026, a provisão para demandas trabalhistas era de R\$ 815 (R\$ 836 em 31 de dezembro de 2025).

A Administração, com o suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, avalia periodicamente essas demandas e reconhece provisões para perdas quando consideradas prováveis e passíveis de estimativa confiável.

Para os processos recentemente incluídos na base, que ainda não dispõem de informações suficientes para uma avaliação individual específica, a provisão inicial é estimada com base em parâmetros históricos. Nestes casos a mensuração das provisões é realizada com base na experiência histórica da Companhia em demandas de natureza e características semelhantes, levando em conta, entre outros fatores, a média histórica de desembolsos por cargo e a probabilidade histórica de êxito nas demandas.

À medida que tais processos avançam e passam a contar com maior nível de detalhamento e evolução nas discussões jurídicas, seus valores são reavaliados periodicamente pelos consultores internos e externos, de forma a refletir, de maneira mais precisa, a melhor estimativa da perda provável associada a cada demanda. Essa avaliação também é aplicada para carteira das ações coletivas.

20.4 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias são parte em ações judiciais de natureza cível, incluindo, entre outras, demandas indenizatórias e de cobrança, que se encontram em diferentes fases processuais e tramitam em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia, com o suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, constitui provisões em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais decisões desfavoráveis, quando as perdas são avaliadas como prováveis e passíveis de estimativa confiável. O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de março de 2026 é de R\$ 257 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2025).

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias respondem a diversas ações cíveis, incluindo demandas ajuizadas por consumidores, fornecedores e prestadores de serviço, bem como processos de natureza imobiliária relacionados às suas relações locatícias, tais como ações revisionais e renovatórias, nas quais há discussão

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

acerca da vigência contratual e dos valores de aluguéis. Em 31 de março de 2026, o montante da provisão constituída para essas demandas era de R\$ 33 (R\$ 32 em 31 de março de 2025), não havendo depósitos judiciais relacionados a tais processos.

A Companhia entende que eventuais diferenças entre os valores de aluguel originalmente pagos e aqueles que venham a ser fixados judicialmente de forma desfavorável à Companhia caracterizam aluguéis complementares. Dessa forma, tais valores atendem aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil de arrendamentos (IFRS 16 / CPC 06 (R2)) e, quando aplicável, passam a integrar o passivo de arrendamento da Companhia.

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais e administrativas relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (Ministério Público, ANVISA, PROCONs, INMETRO, Prefeituras e outros) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de março de 2026, o montante da provisão para essas ações é de R\$ 142 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2025).
- O montante provisionado, relativo a valores remanescentes de outros assuntos de natureza cível, em 31 de março de 2026 totaliza R\$ 82 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2025).

20.5 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$ 13.311 em 31 de março de 2026 (R\$ 13.447 em 31 de dezembro de 2025), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$ 317 em 31 de março de 2026 (R\$ 311 em 31 de dezembro de 2025). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.
- IRRF, II e IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$ 168 em 31 de março de 2026 (R\$ 166 em 31 de dezembro de 2025).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$ 7.379 de 31 de março de 2026 (R\$ 7.238 em 31 de dezembro de 2025).
- ICMS - O GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) questionamentos relativos ao crédito de ICMS ST nos termos da Portaria CAT 17/99; (ii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; e (iii) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$ 2.967 em 31 de março de 2026 (R\$ 3.185 em 31 de dezembro de 2025), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026 (Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor monta a R\$ 158 em 31 de março de 2026 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2025) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

- Ações Coletivas Trabalhista – A Companhia passou a avaliar o risco individual por ação, havendo ainda valores incertos, em função da fase processual em que se encontram, que totalizam R\$ 201 em 31 de março de 2026 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2025).
- A Companhia é responsável pelos processos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia. Em 31 de março de 2026, o montante envolvido é R\$ 219 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2025).
- A Companhia também é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assaí. Em 31 de março de 2026, o montante envolvido totaliza R\$ 1.765, sendo R\$ 1.689 de natureza tributária e R\$ 76 de natureza cível e outros (R\$ 1.462, sendo tributário R\$ 1.355 e cível e outros R\$ 107 em 31 de dezembro de 2025). No primeiro trimestre de 2026 a Companhia aderiu ao REFIS aberto pelo Estado do Rio de Janeiro usufruindo dos benefícios da Lei Complementar nº 225/2025, regulamentada pelo Decreto nº 50.040/2025, conforme mencionado na nota explicativa nº 26.1.
- Outras demandas judiciais – A partir de 31 de dezembro de 2025 a Companhia passou a avaliar os riscos individuais por processo que referem-se a (i) ações imobiliárias tendo por objeto a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e o pagamento de valores relacionados a contratos de locação e sublocação, (ii) ações no âmbito da justiça cível e juizado especial cível envolvendo prestadores de serviços, consumidores, fornecedores, Ministério Público e outros terceiros diversos e (iii) processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$ 137 de 31 de março de 2026 (R\$ 512 em 31 de dezembro de 2025).

Por fim, a Companhia adota a prática de contratar advogados externos para a defesa de autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual incidente sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Tais percentuais variam conforme as características qualitativas e quantitativas de cada caso. Em 31 de março de 2026, o valor estimado, caso todos os processos fossem concluídos com êxito, é de aproximadamente R\$ 180 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e, para esses fins, efetuou depósitos judiciais correspondentes aos valores em discussão, bem como depósitos em garantia relacionados às provisões para processos judiciais, os quais se encontram registrados no ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Tributárias	132	131	132	131
Trabalhistas	81	63	84	65
Cíveis e outras	24	26	24	27
Total	237	220	240	223

20.6 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Tributárias	37	7	11.585	11.652	11.622	11.659
Trabalhistas	-	-	1.542	1.481	1.542	1.481
Cíveis e outras	-	9	609	626	609	635
Total	37	16	13.736	13.759	13.773	13.775

Do valor de R\$ 11.585 o valor de R\$ 4.181 está relacionado principalmente as garantias do Acordo Paulista (Lei nº 17843/2023) e impostos parcelados federais (PERT e Lei nº 11.941) descritos na nota explicativa nº 18. Essas garantias serão liberadas após a quitação integral do parcelamento.

O custo do seguro e das cartas fiança é aproximadamente 0,94% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Arrendamentos

As informações detalhadas de obrigações de arrendamento mercantil foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 22.

21.1 Composição

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$4.195 em 31 de março de 2026 (R\$4.370 em 31 de dezembro de 2025), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2025	31.12.2025
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	490	459	490	459
De 1 a 5 anos	1.766	1.846	1.766	1.846
Mais de 5 anos	1.938	2.064	1.939	2.065
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	4.194	4.369	4.195	4.370
Encargos futuros de financiamento	3.143	3.323	3.143	3.323
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	7.337	7.692	7.338	7.693
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	255	266	255	266
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	446	468	446	468

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota explicativa nº 27. A taxa de juros incremental da Companhia e de suas subsidiárias foi de 13,54% no período findo em 31 de março de 2026 (13,56% em 31 de dezembro de 2025).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de mensuração considerando a projeção da inflação implícita na taxa incremental nominal e o desconto dos fluxos de caixa pela respectiva taxa incremental nominal, o percentual médio anual de inflação projetada seria de aproximadamente 6,44% (7,64% em 31 de dezembro de 2025). O prazo médio ponderado dos contratos de arrendamento considerados é de 9,60 anos (9,66 anos em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	4.369	4.370
Remensuração	55	55
Provisão de juros	133	133
Amortizações	(220)	(220)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(156)	(156)
Passivo disponível para venda	19	19
Outros	(6)	(6)
Em 31 de março de 2026	4.194	4.195
Passivo circulante	490	490
Passivo não circulante	3.704	3.705

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	4.327	4.328
Captação	36	36
Remensuração	99	99
Provisão de juros	135	135
Amortizações	(223)	(224)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(8)	(9)
Transferências	3	4
Outros	(23)	(23)
Em 31 de março de 2025	4.346	4.346
Passivo circulante	475	472
Passivo não circulante	3.871	3.874

21.3 Resultado com aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receitas e (Despesas) do período:				
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	(8)	(3)	(8)	(3)
Receita com subarrendamentos (*)	16	16	16	16

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receitas a apropriar

As informações detalhadas de receitas a apropriar foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 23.

22.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Compromisso de venda futura de imóveis	18	21	18	21
Contrato de prestação de serviço – <i>Parcerias</i>	15	18	15	18
Receita Diferida com Pontos - Stix	-	-	121	136
Cartão Presente	20	22	20	22
Outros	2	2	2	2
	55	63	176	199
Circulante	22	25	143	161
Não circulante	33	38	33	38

23. Patrimônio líquido**23.1 Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de março de 2026, é representado por 490.797 (490.286 em 31 de março de 2025) milhares de ações nominativas sem valor nominal, representado pelo montante de R\$ 2.511 (R\$ 2.511 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

23.2 Opções outorgadas

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes:

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B”, seguida de um número.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$ 0,01 (“preço de exercício”). As opções de ações outorgadas vigentes nesse plano podem representar o máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

Em 29 de abril de 2024 foi aprovado um novo plano de incentivo que estabelece condições gerais para a outorga de ações e/ou de opções de compra de ações (“Plano”), cujos termos e condições específicos devem ser instituídos através de Programas de Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opção de Compra

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Ações (“Programas”), ambos sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. As ações e/ou opções outorgadas no âmbito da coletividade dos Programas componentes do Plano estão limitadas a 3,5% das ações do capital subscrito da Companhia.

Com a aprovação do Plano pela Assembleia Geral, foi ratificado o Programa de Remuneração Baseada em Ações da Companhia – *Performance Shares* – 2024, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2024. Tal Programa estabelece que cada série de outorga de ações receberá a letra “D” seguida de um número. A primeira outorga de ações sob os termos deste Programa recebeu a letra D1 e as séries subsequentes a letra D e o número subsequente. A quantidade de ações outorgadas por cada série a cada um de seus beneficiários será recalculada após o período de 36 meses contados da data da outorga, de acordo com um fator multiplicador de desempenho baseado no TSR (*Total Shareholder Return* - Retorno Total aos Acionistas) da ação da Companhia em comparação a um grupo de empresas de mercado também listadas na bolsa de valores, afetando todas as ações outorgadas. Em junho de 2024 foram outorgadas 17.157 milhares de ações no âmbito de tal Programa, sob a série D1.

O valor justo de cada ação concedida é R\$ 3,39 estimado na data de concessão usando o *modelo Monte Carlo* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série D1: (a) expectativa de dividendos de 0,00%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 53,97% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,39%.

Considerando o plano de remuneração baseado em ações, aprovado em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2024, no âmbito do qual foi instituído o Programa de *Performance Shares* – 2024, em 2026, a Companhia assinou com alguns colaboradores planos de remuneração baseada em ações aprovados por seus órgãos de governança, no âmbito dos quais foram instituídos programas de outorga de opções de compra (E1) e ações restritas (F1). Tais instrumentos conferem aos participantes o direito de receber ou adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia, condicionados ao cumprimento de requisitos de permanência (*vesting*) e ao atingimento de metas de desempenho a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração.

As informações relativas aos planos vigentes estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31.03.2026			
				Quantidade de opções (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas (*)	Vigentes
Série B10	31/05/2023	31/05/2026	0,01	4.875	(1.139)	(1.282)	2.454
Série D1 - 1ª Tranche	01/06/2024	31/05/2027	-	5.719	-	(3.884)	1.835
Série D1 - 2ª Tranche	01/06/2024	31/05/2028	-	5.719	-	(3.953)	1.766
Série D1 - 3ª Tranche	01/06/2024	31/05/2029	-	5.719	-	(3.994)	1.725
Série E1	05/01/2026	05/01/2029	-	1.909	-	-	1.909
Série F1 - 1ª Tranche	05/01/2026	05/01/2027	0,01	508	-	-	508
Série F1 - 2ª Tranche	05/01/2026	05/01/2028	0,01	508	-	-	508
Série F1 - 3ª Tranche	05/01/2026	05/01/2029	0,01	508	-	-	508
				25.465	(1.139)	(13.113)	11.213

(*) Referem-se a determinadas opções concedidas no âmbito do plano de remuneração baseado em ações que foram canceladas em decorrência do desligamento de executivos da Companhia, nos termos e condições previstos no respectivo regulamento do plano.

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício R\$	Média ponderada do prazo contratual remanescente Em anos
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	13.384	0,01	1,95
Outorgadas durante o período	3.433	0,01	
Canceladas durante o período	(5.123)	0,01	
Exercidas durante o período	(481)	0,01	
Total a exercer em 31 de março de 2026	11.213	0,01	1,78

O valor registrado no resultado da Controladora e Consolidado em 31 de março de 2026 foi uma receita de R\$2 (Despesa de R\$7 em 31 de março de 2025).

23.3 Programa de remuneração baseado na variação do valor das ações (Phantom Stock Options)

Em 16 de abril de 2024, a Companhia celebrou contrato com determinados administradores elegíveis, instituindo programa de incentivo de longo prazo com pagamento em dinheiro referenciado ao valor de suas ações.

O programa previa a outorga gratuita de 9.114.149 *phantom shares*, condicionadas à permanência do beneficiário como colaborador. Cada *phantom share* corresponde a uma ação ordinária da Companhia, sujeita à variação de seu preço. O período de carência total era de três anos, com *vesting* de 25% após 12 meses, 25% após 24 meses e 50% após 36 meses, sendo esta última parcela vinculada ao desempenho da ação, podendo variar de 0% a 200%.

Em 31 de março de 2026, o programa foi encerrado em razão da inexistência de participantes elegíveis remanescentes, com a baixa do passivo correspondente e pagamento proporcional (*pro rata*) dos direitos adquiridos até então, conforme regulamento. O efeito no resultado do período foi um ganho de R\$ 2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita de venda de bens e/ou serviços

As informações detalhadas de receita de venda de bens e/ou serviços foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 25.

24.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receita operacional bruta				
Mercadorias	4.757	5.033	4.757	5.033
Prestação de serviços e outros	46	39	86	73
Devoluções e cancelamento de vendas	(14)	(14)	(14)	(14)
	4.789	5.058	4.829	5.092
Impostos sobre vendas	(452)	(322)	(455)	(325)
Receita operacional líquida	4.337	4.736	4.374	4.767

25. Despesas por natureza

As informações detalhadas de despesas por natureza foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 26.

25.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Custo com estoques	(2.728)	(3.131)	(2.735)	(3.137)
Despesas com pessoal	(624)	(651)	(638)	(664)
Serviços de terceiros	(108)	(131)	(113)	(135)
Despesas funcionais	(238)	(205)	(238)	(205)
Despesas comerciais	(140)	(151)	(141)	(151)
Outras despesas	(92)	(108)	(95)	(110)
	(3.930)	(4.377)	(3.960)	(4.402)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(3.031)	(3.444)	(3.043)	(3.452)
Despesas com vendas	(772)	(762)	(774)	(765)
Despesas gerais e administrativas	(127)	(171)	(143)	(185)
	(3.930)	(4.377)	(3.960)	(4.402)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras despesas operacionais, líquidas

As informações detalhadas de outras despesas operacionais, líquidas foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 27.

26.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (*)	(225)	(18)	(225)	(18)
Gastos com integração e reestruturação	(46)	(59)	(46)	(60)
Resultado com ativo imobilizado e intangível (**)	(564)	(7)	(564)	(7)
Outros (***)	289	-	289	-
Total	(546)	(84)	(546)	(85)

(*) Inclui o valor de R\$ 145 referente à adesão ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar nº 225/2025, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.1.

(**) Inclui o valor de R\$ 348 referente à baixa do ativo intangível, apresentada na nota explicativa nº 15.1.

(***) Créditos tributários reconhecidos para compensação de IRPJ/CSLL.

27. Resultado financeiro, líquido

As informações detalhadas de resultado financeiro, líquido foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 28.

27.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(171)	(138)	(165)	(138)
Custo com antecipação de recebíveis	(24)	(21)	(24)	(21)
Atualizações monetárias passivas	(65)	(66)	(65)	(66)
Juros sobre passivo de arrendamento	(127)	(128)	(127)	(128)
Outras despesas financeiras	(43)	(24)	(42)	(24)
Total de despesas financeiras	(430)	(377)	(423)	(377)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5	2	12	16
Atualizações monetárias ativas	30	39	30	41
Outras receitas financeiras	-	2	-	2
Total de receitas financeiras	35	43	42	59
Total	(395)	(334)	(381)	(318)

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Lucro (prejuízo) por ação

As informações de prejuízo por ação foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 29.

28.1 Composição

O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o prejuízo básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	31.03.2026	31.03.2025
Numerador básico		
Prejuízo básico alocado e não distribuído op. continuadas	(1.347)	(93)
Prejuízo básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(90)	(76)
Prejuízo líquido alocado disponível para acionistas	<u>(1.437)</u>	<u>(169)</u>
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	<u>491</u>	<u>490</u>
Prejuízo básico por ação (R\$) - operações continuadas	(2,74452)	(0,18976)
Prejuízo básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,18338)	(0,15507)
Prejuízo básico por ação (R\$) - total	<u>(2,92790)</u>	<u>(0,34483)</u>
Numerador diluído		
Prejuízo diluído alocado e não distribuído op. continuadas	(1.347)	(93)
Prejuízo diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(90)	(76)
Prejuízo líquido alocado disponível para acionistas	<u>(1.437)</u>	<u>(169)</u>
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	491	490
Opções de compra de ações	16	22
Média ponderada diluída das ações (milhões)	<u>507</u>	<u>512</u>
Prejuízo diluído por ação (R\$) - operações continuadas	(2,74452)	(0,18976)
Prejuízo diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,18338)	(0,15507)
Prejuízo diluído por ação (R\$) - total	<u>(2,92790)</u>	<u>(0,34483)</u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações sobre os segmentos**29.1 Composição**

As informações sobre os segmentos foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025 na nota explicativa nº 30. Não há alteração de apresentação no período.

Descrição	Varejo		Outros negócios		Total	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receita líquida de vendas	4.344	4.741	30	26	4.374	4.767
Lucro bruto	1.309	1.295	22	20	1.331	1.315
Depreciação e amortização	(251)	(254)	(5)	(4)	(256)	(258)
Equivalência patrimonial	16	17	-	-	16	17
Lucro (prejuízo) operacional	(372)	40	-	(1)	(372)	39
Resultado financeiro líquido	(387)	(322)	6	4	(381)	(318)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(759)	(282)	6	3	(753)	(279)
IR e CSLL	(591)	188	(1)	(1)	(592)	187
Lucro (prejuízo) de op. Continuadas	(1.350)	(94)	5	2	(1.345)	(92)
Prejuízo de op. Descontinuadas	(90)	(76)	-	-	(90)	(76)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.440)	(170)	5	2	(1.435)	(168)
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativo circulante	4.682	5.585	249	275	4.931	5.860
Ativo não circulante	11.153	12.486	78	80	11.231	12.566
Passivo circulante	8.591	6.801	250	283	8.841	7.084
Passivo não circulante	6.638	9.217	1	1	6.639	9.218
Patrimônio líquido	606	2.053	76	71	682	2.124

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações complementares de Fluxo de Caixa**30.1 Transações não caixa**

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota 14.2;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota 15.1;
- Novos contratos de arrendamento mercantil: na nota 21.2;
- Programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo: na nota 18.1;
- Valores indenizatórios a receber relacionados a contingências de IRPJ/CSLL: na nota 9.

30.2 Apresentação dos Juros

A Companhia classifica os juros e instrumentos financeiros derivativos atrelados à dívida como atividades de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

31. Ativos mantidos para venda ou distribuição

A Companhia tem negociações em curso que objetivam a venda de postos de combustíveis localizados em diversas regiões do Brasil por meio de várias transações com diferentes potenciais compradores (nota 1.1), além da transação da alienação do investimento na Bellamar (nota 1.2).

31.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Postos de Combustíveis	50	50	51	53
Investimento Bellamar	287	320	287	320
Ativos mantidos para venda ou distribuição	337	370	338	373
Postos de Combustíveis	47	71	49	78
Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda ou distribuição	47	71	49	78

32. Operações descontinuadas**32.1 Operação descontinuada - Extra Hiper, ex-subsidiárias e postos de combustíveis**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper, cujo resultado líquido passou a ser apresentado como operação descontinuada.

A Companhia também permanece responsável por determinadas contingências tributárias e trabalhistas relacionadas à sua antiga subsidiária Globex.

Adicionalmente, as negociações para alienação dos postos de combustíveis foram concluídas e a transação encontra-se em fase de atendimento e conclusão das condições precedentes, portanto, a operação está apresentada como descontinuada. Segue abaixo a demonstração do resultado:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>
Receita líquida de vendas	208	361
Lucro bruto	18	31
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9	6
Lucro do período	<u>9</u>	<u>6</u>

32.2 Reconciliação do lucro (prejuízo) líquido de operações descontinuadas

	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Operação descontinuada Extra Hiper e ex-subsidiárias	(99)	(82)
Postos de Combustíveis	9	6
Prejuízo das operações descontinuadas	<u>(90)</u>	<u>(76)</u>

33. Eventos Subsequentes

Em 5 de Maio de 2026, a Companhia celebrou nova versão do seu plano de recuperação extrajudicial com credores representando 57,49% dos créditos sujeitos ao plano, totalizando aproximadamente R\$ 4.568, o qual foi submetido à homologação judicial perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Após eventual homologação judicial, a expectativa da Administração é de que as obrigações abrangidas pelo plano tenham o prazo médio alongado para aproximadamente 6,4 anos, redução do custo médio da dívida para CDI acrescido de 0,5% ao ano e redução superior a 50% dos desembolsos financeiros ao longo da reestruturação.

O plano prevê, ainda, a reestruturação de créditos sujeitos em debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em montante de até R\$ 1.100, com janelas de conversão previstas para o primeiro semestre de 2027, 2029, 2030 e 2031, ao critério dos titulares. O preço de emissão das ações será calculado com base na média ponderada da cotação de fechamento das ações ordinárias da Companhia (VWAP) nos 90 pregões anteriores à respectiva conversão, com desconto de 20%, observada a regulamentação aplicável. O plano contempla ainda a contratação de novo financiamento no valor de até R\$ 200, a ser disponibilizado por credores sujeitos ao plano que optarem pela concessão de novos recursos à Companhia.

Na data de autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias, o plano encontrava-se pendente de homologação judicial. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.4.

A Administração continuará monitorando os desdobramentos do processo e avaliará os impactos contábeis e financeiros decorrentes nas próximas demonstrações financeiras, conforme aplicável.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Nesta seção, nos termos da Resolução CVM nº80/22, a Companhia deve confrontar as projeções divulgadas com os valores efetivamente realizados.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 04 de novembro de 2025, a Companhia estabeleceu o Plano de Eficiência 2026, com foco na otimização de custos, despesas e investimentos. Nesse contexto, foram definidas duas projeções principais: (i) investimentos em Capex para 2026, contemplando aquisições de ativo imobilizado e investimentos em ativos intangíveis, estimados entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões; e (ii) redução de despesas e custos operacionais, principalmente relacionados ao suporte às operações de lojas e à estrutura administrativa, de pelo menos R\$ 415 milhões.

• Projeção de Capex

No 1T26, os investimentos em Capex totalizaram R\$ 87 milhões, representando redução de R\$ 106 milhões, ou 55%, em relação ao 1T25. Essa redução decorre, principalmente, de menores investimentos em expansão de lojas, com redução de R\$ 60 milhões, além da diminuição dos investimentos em tecnologia da informação e logística, com diminuição de R\$ 44 milhões.

Considerando a projeção anual divulgada, o volume investido no trimestre corresponde a 28,9% da base inferior do intervalo projetado de R\$ 300 milhões e a 24,8% do limite superior de R\$ 350 milhões.

• Projeção de Despesas

Já em relação à projeção de despesas, foi definido um perímetro de despesas para alcançar a redução de, pelo menos, R\$ 415 milhões.

Definições:

O perímetro será chamado de “Despesas Operacionais Consideradas” e correspondente ao (i) total de custos de mercadoria vendida e despesas com vendas, Gerais e Administrativas, (ii) deduzidos dos custos de estoque; depreciações e amortizações, depreciação logística e outros custos e despesas; e (iii) acrescidos dos pagamentos de passivo de arrendamento e juros.

O perímetro de “Despesas Operacionais Consideradas” objeto desta projeção, e que deve ser considerado para a redução de R\$ 415 milhões, é constituído da seguinte forma: (i) apuração do perímetro de “Despesas Operacionais Consideradas” para o ano de 2025, que totalizou R\$ 5.778 milhões; (ii) ajustado pela expectativa de inflação da Companhia, à época da divulgação da projeção, e pelos fechamentos e aberturas de lojas realizados em 2025, que totalizou +5,3% de ajuste. Assim, o perímetro de “Despesas Operacionais Consideradas 2026”, que deve ser considerado para o cálculo da projeção, é de R\$ 6.086 milhões.

De modo a acompanhar trimestralmente o progresso da projeção, a Companhia dividiu os R\$ 6.086 milhões trimestralmente de acordo com seu orçamento, onde foi estabelecido que, para o 1º trimestre de 2026, o valor das “Despesas Operacionais Consideradas de 2026” é de R\$ 1.508 milhões

Definido o perímetro de análise, para o 1T26, a Companhia apresentou um gasto de **R\$ 1.408 milhões** que, quando comparado com as “Despesas Operacionais Consideradas 2026” para o 1T26 de **R\$ 1.508 milhões**, houve uma diminuição de **R\$ 99 milhões, equivalente a 23,9% da meta anual de redução de R\$ 415 milhões.**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.5 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que a Companhia Brasileira de Distribuição S.A. incorreu no prejuízo de R\$ 1.437.000 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 3.970.000 mil e R\$ 3.910.000 mil, individual e consolidado, respectivamente. Em 5 de maio de 2026, a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado pela maioria dos credores, para ser deferido e homologado judicialmente, o qual encontra-se pendente na presente data.

Conforme apresentado na Nota 1.5, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.5, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificação, datados em 24 de fevereiro de 2026 e 05 de maio de 2025, respectivamente.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a

procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC PR 057007/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2026

Marcos Reinaldo Severino Peters – Membro efetivo

Maria Elvira Lopes Gimenez – Membro efetivo

Rômulo Santos Siqueira – Membro efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Alexandre de Jesus Santoro
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, emitido nesta data.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Alexandre de Jesus Santoro
Diretor Presidente